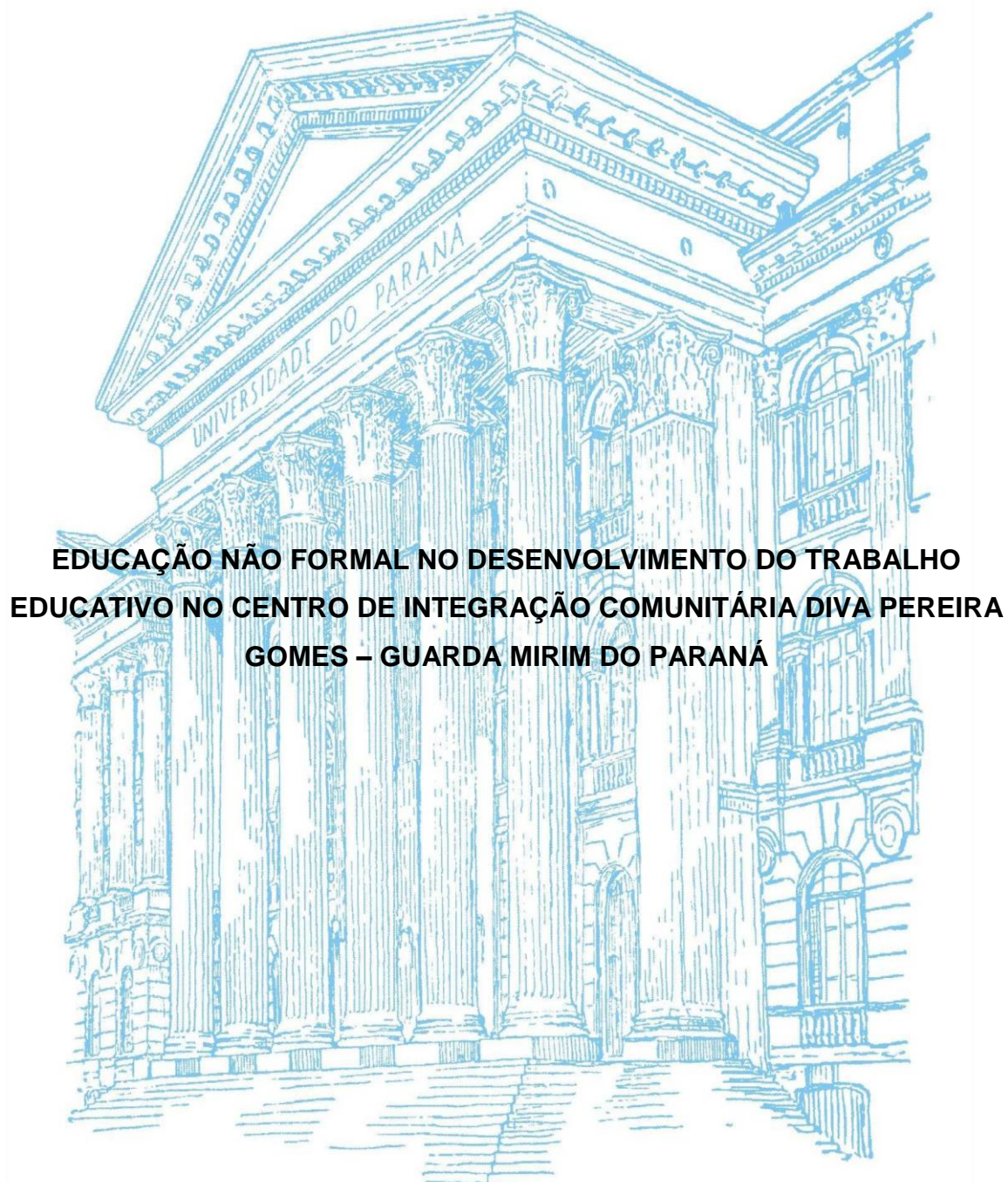


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELLA CRISTINI MACIEL



CURITIBA

2017

GABRIELLA CRISTINI MACIEL

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO  
EDUCATIVO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA DIVA PEREIRA  
GOMES – GUARDA MIRIM DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Pedagogia da Universidade Federal do  
Paraná como requisito parcial à obtenção de título de  
Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valeria Floriano Machado

CURITIBA

2017

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me dar a oportunidade de abrir os olhos e perseverar todos os dias para alcançar meus objetivos, como este, a realização de mais um sonho em minha vida.*

*Aos meus pais, Elienai e Joel, pelo amor, dedicação, incentivo e apoio ao longo desta caminhada.*

*À Pedagoga e amiga Adriana Santos de Oliveira por seu exemplo como profissional.*

*À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Valeria Floriano Machado, por acreditar no meu potencial como estudante e pesquisadora.*

*Aos meus professores, em especial a Prof.<sup>a</sup> Dra. Karen Franklin, por me ensinar o valor do compromisso na busca do conhecimento.*

*A todos que de alguma forma contribuíram positivamente em minha vida, obrigada!*

A consciência do povo daqui é o medo dos homens de lá...

Sabedoria do povo daqui é o medo dos homens de lá...

(Alexandre Carlo Cruz Pereira)

## RESUMO

O presente trabalho refere-se à educação não formal desenvolvida no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná. Pesquisas bibliográficas, análise de documentos disponibilizados pelo próprio Centro de Integração e entrevista foram as fontes utilizadas a fim de compreender as mudanças e enfoque da metodologia pedagógica utilizada e aplicada no aprendizado dos adolescentes que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social e almejam a inserção no mercado de trabalho. A partir deste levantamento é possível entender a importância da educação não formal como meio de inclusão, ascensão social e inserção no mercado formal de trabalho para adolescentes entre 14 e 17 anos que, além de estudar em escolas regulares públicas, capacitam-se e são inseridos no mercado de trabalho pela Guarda Mirim. A pesquisa aponta resultados que evidenciam desafios que a educação não formal enfrenta, mas que são possíveis de serem superados através de um trabalho de aprendizagem consciente.

Palavras-chave: Educação não formal. Educação social. Adolescentes. Vulnerabilidade. Profissionalização.

## **ABSTRACT**

The present work refers to the non-formal education developed in the Center of Community Integration Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim of Paraná. Bibliographical research, document analysis provided by the Integration Center and interview are referential in order to understand the changes and focus of the pedagogical methodology used and applied in the learning of adolescents, who are mostly in a situation of social vulnerability and aim to enter the work market. Based on this survey, it is possible to understand the importance of non-formal education as a means of inclusion, social ascension and insertion in the formal work market for adolescents between 14 and 17 years old who, besides studying in public regular schools, are trained and are inserted in the labor market by Guarda Mirim. The research points out results that highlight challenges that nonformal education faces, but which are possible to overcome through a work of conscious learning.

Keywords: Non-formal education. Social education. Adolescents. Vulnerability. Professionalism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - DIVISÃO GEOPOLÍTICA EM 1909 E EXPANSÃO NO ÚLTIMO SÉCULO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES DISSEMINADAS PELO BRASIL (MEC, 2017) .....	31
MAPA 2 - EXPANSÃO DA REDE FEDERAL ATÉ 2010 (MEC, 2017) .....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Casa de Custódia de Curitiba (CCC)

Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA)

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Centro de Regime Semi-Aberto Feminino de Curitiba (CRAF)

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Faculdade de Pinhais (FAPI)

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Ministério da Educação (MEC)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - SEDS

Secretaria de Estado da Educação – SEED

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	16
1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL .....	16
1.2 PEDAGOGIA SOCIAL / EDUCADOR SOCIAL .....	19
1.3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E OS ASPECTOS LEGAIS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS .....	23
1.4 O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL COMO FORMA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO - DIRECIONAMENTO DO ENSINO REGULAR PARA O TÉCNICO VISANDO O MERCADO DE TRABALHO .....	28
1.5 APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA INSERÇÃO DO ESTUDANTE NO MERCADO DE TRABALHO .....	38
<b>CAPÍTULO 2 - GUARDA MIRIM</b> .....	40
2.1 ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: FAMÍLIA E IDENTIDADE DOS E DAS ESTUDANTES DA GUARDA MIRIM .....	45
2.2 COMO A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DESENVOLVIDA PELA GUARDA MIRIM RELACIONA A EDUCAÇÃO, OS ESTUDANTES, O MERCADO DE TRABALHO E A SOCIEDADE .....	50
2.3 UMA VISÃO PROFISSIONAL/INSTITUCIONAL A RESPEITO DA GUARDA MIRIM.....	53
2.4 UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA A RESPEITO DA GUARDA MIRIM .....	59
2.5 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO PARA O ESTUDANTE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE .....	61
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 1 - FICHA ALUNO “A” .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO 2 – FICHA ALUNO “B” .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO 3 – FICHA ALUNA “C” .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 4 – FICHA ALUNA “D” .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação não formal, assim como o ensino técnico e profissional, possui legislações em âmbito municipal, estadual e federal, o que evidencia sua especificidade no processo de formação acadêmica dos estudantes das licenciaturas.

A educação não formal tem múltiplas definições que são descritas em documentos que normatizam a atuação deste tipo específico de prática educacional.

Neste sentido, as experiências por mim vividas<sup>1</sup> em âmbito profissional e acadêmico, relativas à inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, bem como pesquisas feitas sobre a educação em sistemas carcerários para que estes sujeitos sejam reinseridos na sociedade, e estágio remunerado exercido por mim no período entre 2015 a 2016 no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná, despertaram em mim o interesse em pesquisar mais a fundo como a educação não formal é desenvolvida, aplicada e direciona os adolescentes em vulnerabilidade social para o mercado de trabalho<sup>2</sup>.

A partir da minha atuação como estagiária na Guarda Mirim, pude perceber a importância do ensino profissionalizante e técnico desenvolvido paralelamente ao ensino regular como forma de integração social e empregatícia dos adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social<sup>3</sup>.

No período de estágio o Centro de Integração desenvolvia suas atividades educativas com base nos princípios militares e sua proposta pedagógica era voltada à formação humana e cidadã dos adolescentes que ali estudavam. Seus princípios

---

<sup>1</sup> Texto escrito na primeira pessoa do singular por se tratar da trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora.

<sup>2</sup> Especificamente a educação não formal e seu desenvolvimento serão analisados neste trabalho a partir das pesquisas feitas no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim, no período de 2015-2016.

<sup>3</sup>“Vulnerabilidade social: Conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores sócio econômicos.” Mais informações sobre o significado de vulnerabilidade social e juventude em: <https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/> e [http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1379/2002\\_Abramovay\\_Juventud%2c%20violencia%20y%20vulnerabilidad%20social%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina%20desaf%C3%ADos%20para%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1379/2002_Abramovay_Juventud%2c%20violencia%20y%20vulnerabilidad%20social%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina%20desaf%C3%ADos%20para%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

educacionais eram pautados na concepção de educação profissional, técnica e social e propunha disciplinas que conduziam os estudantes às situações reais que enfrentariam posteriormente no mercado de trabalho, na integração das áreas de atuação com o estudo.

De acordo com o documento de indicadores sociais (IBGE, 1997)<sup>4</sup>, em sua última pesquisa sobre a criança e o adolescente no mercado de trabalho, 45,9% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam inseridos no mercado de trabalho e 25,5% dos adolescentes moradores da região Sul do Brasil conseguiam estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Em contrapartida, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq, 2014)<sup>5</sup>, aponta que 23,1% da população brasileira entre cinco e 17 anos trabalham, sendo 9% destes residentes do Paraná. Segundo estes índices, é possível observar gradativa redução do número de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil. Segundo este mesmo documento, “O trabalho precoce pode, também, levar à queda do desempenho ou ao abandono escolar” (Abrinq, 2014).

No entanto, essas informações divergem com o cenário visto na Guarda Mirim, onde os adolescentes necessariamente precisam estar assiduamente matriculados no Ensino Regular e têm acompanhamento pedagógico junto com suas respectivas escolas para assegurar sua frequência e desempenho. Por tanto, diante da complexidade no que se refere ao trabalho e sistema educativo realizado no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná, proponho esta pesquisa para que sejam compreendidos os seguintes pontos: Qual é o efeito da educação na inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho e promoção da integração social destes estudantes que se encontram em vulnerabilidade social? Como acontece o processo de integração entre a Instituição de Ensino Não Formal e as empresas que acolhem os adolescentes como aprendizes? Qual é o papel da Pedagogia Social neste processo? Existe concordância ou contradição entre o discurso institucional de formação para a cidadania face à educação transmitida para a inserção no mercado de trabalho? Estas entre outras questões conduziram a produção desta pesquisa.

---

<sup>4</sup> Link para acesso aos indicadores no link: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/criancas\\_adolescentes/defaulttab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/criancas_adolescentes/defaulttab.shtm)

<sup>5</sup> Link para acesso aos indicadores: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>

Baseada na Lei nº 4.024/61<sup>6</sup>, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95<sup>7</sup>, nos artigos, 36-A, 36-B e 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei 9.394/96<sup>8</sup>, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012<sup>9</sup>, a Resolução nº 6 de 20 de Setembro de 2012<sup>10</sup>, define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e determina, entre outras coisas, como deve ser desenvolvida a Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica. § 1º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Brasil, 2012).

Para isto a Meta 11, do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024<sup>11</sup>, Lei nº 13.005/2014, direciona e orienta o planejamento da educação profissional as quais as Diretrizes Estaduais e Municipais devem ter como base para execução e aprimoramento das políticas públicas deste setor, como observa o seguinte trecho:

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público. Estratégias: 11.1. Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional [...]. (Brasil, 2014).

---

<sup>6</sup>Documento da Lei nº 4.024/61 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)

<sup>7</sup>Documento da Lei nº 9.131/95 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm)

<sup>8</sup>Documento da Lei 9.394/96 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

<sup>9</sup>Documento do Parecer CNE/CEB nº 11/2012 disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)

<sup>10</sup> Documento da Resolução nº 6 de 20 de Setembro de 2012 disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)

<sup>11</sup>Documento Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

Além das Diretrizes é importante salientar aqui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definida como um documento de caráter normativo que define o conjunto natural e progressista do aprendizado essencial dos estudantes a serem desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica<sup>12</sup>(Brasil, 2017). Documento este que tem como uma de suas competências gerais

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (Brasil, 2017).

Em conformidade com a Meta, estratégias e normatização da BNCC, as Leis do Sistema Estadual<sup>13</sup> e Municipal<sup>14</sup> de ensino estabelecem diretrizes para que cada localidade coloque em efetiva prática o ensino, como o de caráter profissional que será analisado neste trabalho.

O Plano Municipal de Educação de Curitiba tem como uma de suas metas

Articular, promover e assegurar políticas públicas que possibilitem educação e cultura para os(as) jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos(as), com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. (Curitiba, 2015).

A partir destes pressupostos, este trabalho tem como objetivo trazer ao leitor a compreensão por meio da análise de: documentos disponibilizados pelo Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná e entrevista com ex-pedagoga da instituição, diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e da Prefeitura de Curitiba, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - sobre como a Pedagogia Social é aplicada e difundida na educação não formal; a implicação da educação na inserção da criança e do adolescente no mercado de

<sup>12</sup> Documento BNCC – 3ª versão: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)

<sup>13</sup> Documento do Sistema Estadual de Ensino do Paraná disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/lei\\_do\\_sistema.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/lei_do_sistema.pdf)

<sup>14</sup> Documento do Plano Municipal de Educação de Curitiba disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>

trabalho; e como os métodos de aprendizagem se compõem como produtos da relação estabelecida entre o sistema educacional e o sistema de produção da sociedade.

Para dar conta destas questões, este trabalho analisa em seu primeiro capítulo o conceito de educação não formal e Pedagogia Social – como são aplicadas e difundidas na educação não formal, bem como o conceito de ensino não formal e técnico no Brasil – direcionamento do ensino regular para o técnico visando o mercado de trabalho.

No segundo capítulo é feito um panorama histórico da Guarda Mirim; analisado o perfil dos alunos e família da Guarda Mirim – o efeito da educação na inclusão destes alunos em vulnerabilidade social; análise de como a educação não formal desenvolvida pela Guarda Mirim relaciona a educação, os estudantes, o mercado de trabalho e a sociedade; investigação dos objetivos, enfoques e características da educação não formal aplicados na Guarda Mirim, identificando - a partir de documentos e entrevista com a ex-pedagoga da instituição - qual é a função e se tem ocorrido mudanças no enfoque da formação dos alunos; identificação dos vínculos entre a Guarda Mirim, as escolas regulares, SENAI – SENAC – SEED, empresas conveniadas e como acontece o processo de integração entre a Guarda Mirim e estas empresas.

## Capítulo 1

### 1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal tem despertado interesse em pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, e muitos pesquisadores têm direcionado seu olhar para este tipo de ensino que encaminha os estudantes para práticas que vislumbram promover a aquisição do conhecimento em âmbito educacional e a formação profissional. A partir deste tipo de aprendizado pode-se tomar como objeto de análise o método educacional que prioriza atividades voltadas à cultura, aos esportes, à socialização e tantas outras atividades educacionais que agregam o conhecimento aos alunos.

Ericson Falabretti (2014) salienta em seu texto “Rousseau – a natureza como modelo para a educação” como em Emílio, ou da Educação (2004) o filósofo já criticava este sistema de educação:

[...] enfraquece o corpo e – o mais importante – constata que esse processo de corrupção é uma imposição das relações de poder (hábitos, instituições políticas e sociais) historicamente estabelecidas. A educação enquanto um fenômeno cultural, atende somente à cultura e à sociedade, não ao homem, pois a educação da sociedade ‘só serve para criar homens de duas faces, [que] sempre parecem atribuir tudo aos outros, e nunca atribuem nada senão a si mesmos’. (FALABRETTI, p. 164, 2014).

Em contrapartida, e com uma visão otimista no que diz respeito à educação que molda o indivíduo e sua natureza, Arcísio Pereira (2014) baseia-se nos pensamentos de Locke (2001) para sustentar a instalação da educação moral para a boa concepção do caráter do cidadão participante da estrutura de sociedade, como cita no trecho a seguir:

Se no pensamento de um autor está estabelecida claramente a ideia de um pacto entre a família e o modelo educacional a ser aplicado para a formação dos seres humanos com a intenção de fundar um tipo de sociedade, a moral, então, constituiria-se em um fator primordial para a educação daqueles que viveriam nesta mesma sociedade. (PEREIRA, p.135, 2014).



Ao analisar a educação não formal, é importante ir além das questões metodológicas e seu funcionamento, e pesquisar os movimentos sociais e os processos que são encaminhados a este tipo de educação, como será feito ao longo deste trabalho, para que possa ser problematizada a ideia recorrente de que a educação não formal vai muito além do assistencialismo<sup>15</sup>, busca desenvolver valores éticos e morais nos estudantes assim como um aprendizado que, por meio de práticas sociais, torna acessível à assimilação dos conteúdos praticados no processo de ensino e aprendizagem. Durkheim (1978) define a educação sendo

[...] ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, p. 41, 1978).

De acordo com Setton (2005, p. 2), a educação segundo a perspectiva de Durkheim equivale a uma “socialização metódica das novas gerações”. Neste sentido a autora aponta ainda sobre a repressão utilizada como forma de civilidade e como a educação disseminada por esta geração adulta, citada por Durkheim, tem o papel de grande importância no que se refere à influência efetiva que têm sobre os indivíduos e sua personalidade:

[...] a coerção é entendida aqui como uma etapa civilizatória em direção à liberdade. Assim, a educação familiar e escolar estariam longe de ter apenas um valor instrumental, ou seja, ser a aquisição de aprendizagens úteis. Elas exerceriam sobretudo uma influência total na personalidade dos indivíduos. (SETTON, p. 3, 2005).

No que diz respeito às instituições que ofertam educação não formal, estas têm uma estrutura similar às escolas de educação formal, possuem professores, equipe pedagógica, diretoria, secretaria, funcionários que fazem a manutenção do

---

<sup>15</sup>Segundo o Dicionário Michaelis, assistencialismo é definido como: Trabalho estruturado de assistência social, exercido por indivíduo, grupo de pessoas, organização governamental ou não governamental, aos membros carentes de uma sociedade; Prática que consiste numa pretensa assistência social às pessoas carentes da sociedade, exercida por políticos, com o intuito de conseguir apoio eleitoral. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=assistencialismo>

local, entretanto possuem outras características próprias - tais como equipe de assistentes sociais, psicólogos - e também apresentam currículo flexível, normalmente voltado às necessidades de um grupo e, conseqüentemente, levam em consideração a comunidade que estes indivíduos pertencem. Instituições deste tipo são frequentemente percebidas pela sociedade como espaços sociais para a construção de identidade de seus alunos, onde seu conhecimento e educação moral serão inculcados para que sejam introduzidos na sociedade indivíduos que possam vir a integrar e interagir de forma satisfatória em meio à coletividade.

Neste sentido se faz importante destacar o papel da pedagogia social e o educador social neste processo de ensino na educação não formal abordada no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná.

## 1.2 PEDAGOGIA SOCIAL / EDUCADOR SOCIAL

Pela percepção do que vivenciei nos anos de 2015 a 2016 no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná, e pesquisei sobre a educação não formal, este tipo de ensino instrui os estudantes a exercerem a cidadania, a educação não formal torna-se então indissociável à Pedagogia Social, e esta se faz de forma não muito clara quando ponderada em vastos aspectos como os políticos, sociológicos e filosóficos, assim como também se tornam complexos os seus objetivos.

Ao analisar as transformações de concepções e práticas da Pedagogia, Ercília Maria e Érico Ribas (2009) apontam o surgimento da Educação Popular e como esta foi precursora da Pedagogia Social, assim como também observam sobre a deficiência existente na formação dos profissionais que a exercem:

Nas últimas décadas no Brasil, surgiu a Educação Popular, precursora da Pedagogia Social, que aborda o trabalho com os grupos sociais historicamente excluídos e valoriza a diversidade cultural nos processos de Educação Não Formal [...] existem avanços no sentido de uma abordagem mais social no aspecto de formação nos cursos de Pedagogia. Mas, ao mesmo tempo, existem incoerências na base de formação dos profissionais, pois a ênfase na docência restringe sua atuação [...] a Pedagogia tem tornado-se, ainda que superficialmente, mais social e a Educação Popular tem tido a necessidade de organizar o seu trabalho de forma mais pedagógica. Ou seja, a Pedagogia Social tem surgido como instrumento da Educação para atender às novas demandas da sociedade e formar o Educador Social como o seu agente transformador. (de PAULA; MACHADO, p. 1, 2009).

Já é sabido que é de grande importância então uma base sólida de conhecimento adquirida na formação dos profissionais que levarão à diante o conhecimento por meio da Educação, de Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula e Érico Ribas Machado (2009) atentam a preparação dos educadores para atuarem em diferentes lugares, levando em consideração a diversidade de contextos sociais existentes em seu campo de atuação, como citam no trecho a seguir:

Partindo da concepção que a Educação é um processo que ocorre nos mais diferentes âmbitos da sociedade, estaremos atentos para a necessidade de formação de educadores para atuarem nesses vários espaços. Acreditamos que todas as formas de Educação possuem um aspecto relevante que é indiferente a todas. Elas atuam perante sujeitos sociais e históricos, fazendo parte da constituição dos mesmos. Com isso, é relevante avaliarmos de que forma estas atuações vem ocorrendo nos cursos de Pedagogia e quem está sendo preparado para atuar na Educação nas suas múltiplas formas de acontecer. (de PAULA; MACHADO, p. 6, 2009).

Para, além disso, é necessário entender a motivação, intenção, espaço e tempo às quais a Educação Não formal será aplicada e desenvolvida.<sup>16</sup>

Buscando compreender um pouco mais a importância da Pedagogia Social, Petrus (1997) cita García Garrido, que a delinea nos seguintes aspectos:

1. Educación social entendida em función Del espacio donde se desarrolla: La sociedad; 2. Educación social concebida como La transmisión de los valores educativos propios de una sociedad determinada; 3. Educación social como la influencia educativa que ejerce La sociedad em su conjunto sobre El ciudadano; 4. Educación social entendida como influencia de los poderes públicos con fines políticos o para la vida social. (GARRIDO apud PETRUS, p.11, 1997).

E segue com o fundamento de Quintana, que determina a Pedagogia Social como parte do conhecimento com papéis específicos:

1. Como doctrina de La formación social del individuo; 2. Como doctrina de La educación política y nacionalista del individuo; 3. Como teoría de La acción educadora de La sociedad; 4. Como doctrina benéfica-asistencial; 5. Como doctrina Del sociologismo pedagógico; 6. Como ciencia pedagógica Del trabajo social. (QUINTANA apud PETRUS, p.11 1997).

Outros aspectos seriam os de transformações e inovações da sociedade que tornam as perspectivas da Pedagogia Social mais atuais e diversas, como as

---

<sup>16</sup>Veremos adiante especificamente como isto se aplica na Guarda Mirim

expostas por Caride (2002, p. 89-90), apresentando a Pedagogia Social como sendo uma “ciência da educação, que tem como objeto de estudo a educação social.”. O autor avalia a Educação Social como componente da Pedagogia social que tem resistido invariavelmente, assim como seu conceito que também continua constantemente sofrendo apenas pequenas mudanças ao longo do tempo. Porém, Caride nota que a Pedagogia Social passa por alterações e adaptações, o que se entende como uma semelhança entre os distintos aspectos teóricos que são instituídos e/ou reorganizados de acordo com a necessidade da realidade que a cerca. Assim a Educação Social torna-se objetivo da Pedagogia Social.

Sobre a Educação Social, pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), definem da seguinte maneira:

**EDUCAÇÃO SOCIAL:** Proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social. **NOTAS:** Entre as características da Educação Social (QUINTANA CABAÑAS, 1988; 1994) estão: 1. Formar a pessoa como um ser social, isto quer dizer, conscientizá-la e prepará-la para viver em uma sociedade na qual tenha o seu espaço garantido e possa se desempenhar com todas as possibilidades que lhe sejam inerentes como ser vivo e interligado a outros; 2. Formar a pessoa desde uma determinada ideologia de educação política e nacionalista, algo que já tem sido feito durante muito tempo em regimes considerados de exceção e que, muitas vezes, cortaram a liberdade da pessoa pelo interesse de um grupo ou partido. Isto não é inusitado, já que acontece com farta frequência no desenvolvimento de algumas sociedades, mesmo as mais favorecidas; 3. Formar a pessoa desde a ação educadora da sociedade. A própria sociedade se torna extremamente consciente das suas possibilidades e consistência futura. A sociedade, portanto, é elemento educador por excelência, que ajuda a desenvolver o ser humano de uma forma mais completa e totalizadora; 4. Formar a pessoa desde uma ótica de assistência social. Isso já tem sido feito e é chamado assistencialismo, isto quer dizer que precisamos ajudar os outros de maneira imediata, na tentativa de que possam resolver seus problemas mais emergentes e conflituos. A Educação Social pode ter como característica formar a pessoa desde uma pedagogia sociológica, com a finalidade de inseri-la na estrutura de valores da sociedade e tem como uma de suas preocupações ajudar a pessoa desde uma perspectiva do trabalho social. Nesse sentido, educadores, trabalhadores sociais e sociólogos estariam preocupados em resolver com os seus trabalhos a problemática das pessoas que

vivenciaram a marginalidade e a exclusão. (MOSQUERA J. J. M., STOBBAUS, C.) (INEP, 2006, p.64).<sup>17</sup>

Cabanas (1997) elenca três conceitos sobre este tipo de educação:

- Educação Social compreendida como figura específica da educação, voltada para a essência e desígnio do trabalho educativo, sendo este diminuído à expectativa de socialização do sujeito;
- Educação Social como um fator importante do ensino, unido a diferentes aspectos, como a educação moral, física, religiosa e intelectual. Sua finalidade é a socialização da pessoa e seu aperfeiçoamento absoluto;
- Educação Social como formato pedagógico do trabalho social, atingindo através de educação os problemas de marginalização ou de carências sociais em que se encontram muitos grupos ou indivíduos.

Entender que o exercício educativo compõe a prática social leva à compreensão de que o aprendizado relacionado à educação acontece em espaços e maneiras diversificadas. Ao pensar em/na prática educativa, é recorrente associar ao processo ensino-aprendizagem que ocorre apenas no ambiente escolar, porém, quando se entende a prática educacional como uma prática também social, a educação passa a ser então compreendida de outra perspectiva.

A compreensão do processo de ensino-aprendizagem de forma abrangente, onde o indivíduo é percebido como alguém que vive e se desenvolve socialmente, faz ter sentido a ideia de que, este indivíduo ensina ou aprende alguma coisa seja onde ele estiver e a qualquer momento.

Neste sentido, é fundamental compreender como a educação não formal é regulamentada por Diretrizes e Estatutos legais para que assim seja efetiva na esfera educacional no Brasil.

---

<sup>17</sup> Este conceito faz parte de um glossário do INEP (2016), por isso a nomenclatura é feita de modo amplo envolvendo aspectos teórico-práticos, política, sociologia e práticas educativas.

### 1.3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E OS ASPECTOS LEGAIS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) compõem as normas de cunho obrigatório para a Educação Básica, orientando o planejamento curricular das instituições de ensino, sendo debatidas, idealizadas e implantadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Segundo o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 6), as DCNs são responsáveis por “orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (Brasil, p. 6, 2013), buscando assim gerar a igualdade de aprendizagem, garantindo assim que conteúdos básicos, considerados fundamentais, sejam lecionados a todos os estudantes, levando em consideração inclusive os distintos contextos nos quais eles estejam inseridos.

As Diretrizes são voltadas para a Educação Básica atingindo cada etapa que a compõe sendo respectivamente a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e cada uma dessas etapas possuem diretrizes curriculares próprias, sendo a mais atual a do Ensino Médio, sendo esta a etapa focada nesta pesquisa.

Ao longo do tempo o Ensino Médio no Brasil tem sido repensado, ressignificado e sofrido mudanças marcantes no que diz respeito à sua identidade e função para com os estudantes. Sabrina Moehlecke (2012, p. 40-41) faz um panorama desta trajetória explanando sobre o Ensino Médio que inicialmente “nasce como um lugar para poucos” - passa por reformas educacionais; é dividido em níveis e etapas; incorpora a profissionalização; até, enfim tornar-se progressivo, obrigatório e gratuito estendendo-se assim a toda a população.<sup>18</sup>

A partir deste panorama feito por Moehlecke (2012) e observando as DCNs é possível perceber de fato quão significativas foram as modificações, principalmente as promovidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela Lei nº 11.741/2008 a qual, ao incorporar dispositivos essenciais do Decreto nº 5.154/2004, e ambos inseridos no Título V da LDB, seção IV-A do Capítulo II, que trata “da Educação Básica”, bem como a seção IV, que aborda sobre

---

<sup>18</sup>Artigo de Moehlecke sobre O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100003)

o Ensino Médio, e também onde foi acrescentada a seção IV-A, que fala “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, com a inserção de quatro novos artigos: 35-A, 36-B, 36-C e 36-D. Foi adicionado, ainda, um novo parágrafo ao art. 37, já na seção V, que aborda a Educação de Jovens e Adultos, e finalmente, foi alterada a denominação do Capítulo III do Título V, para tratar “da Educação Profissional e Tecnológica”, bem como foi alterada a redação dos dispositivos legais constantes dos artigos 39 a 42 da LDB.

O ensino técnico interliga-se então cada vez mais ao ensino regular, o que para alguns o Ensino Médio era (e por vezes continua sendo) visto como uma fase de desenvolvimento e preparo para o Ensino Superior, agora toma novos rumos para especialização do estudante para o mercado de trabalho. E isto fica mais perceptível com a “Nova Reforma do Ensino Médio” proposta pelo Ministério da Educação (MEC) e, segundo suas diretrizes, vem “propor a flexibilização da grade curricular [...] O novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.” (MEC, 2017).

Outro fator a ser considerado é a proposta da Política Nacional de Juventude voltada ao público de jovens<sup>19</sup> entre 15 e 29 anos que situa o jovem como protagonista do desenvolvimento do Brasil e entende que

[...] Apesar dos avanços que a juventude vem conquistando, não só no Brasil, mas em diversos países, sabemos que muitos dos mais de um bilhão de jovens do Planeta permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos. (Política Nacional de Juventude, 2017).

Os tempos e espaços de socialização e educação dos jovens também já não se limitam apenas à escola regular, seus anseios sobre o futuro, como por exemplo,

---

<sup>19</sup> Mais informações sobre as condições dos jovens no Brasil no texto “Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola”, de Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2014)



suas profissões os levam a percorrer uma trajetória de socialização em universos variados, ampliando suas referências sociais, como veremos adiante especificamente quando tratarmos sobre os estudantes da Guarda Mirim.

Além das Diretrizes compete também destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é a Lei que designa condições dirigidas em função dos direitos da criança e do adolescente, determinados no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Segue abaixo:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.  
(BRASIL, 1990).

A partir do esclarecimento das Leis e Diretrizes que regem e direcionam os direitos, deveres e proibições no que diz respeito ao ensino técnico e mercado de trabalho, voltados aos adolescentes, resta o conhecimento das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e suas Diretrizes da Educação Profissional.

O conteúdo das Diretrizes da Educação Profissional explana sobre o propósito firmado a partir de 2003 em integrar o ensino médio com a Educação Profissional, sobre as discussões em torno deste propósito, e salienta a "emancipação da classe trabalhadora" como no trecho abaixo:

Este documento também caracteriza uma política de Estado, comprometida com a emancipação da classe trabalhadora, na medida em que pretende superar a dualidade educacional, potencializando a construção de uma sociedade justa.

O rompimento com a formação restrita para o mercado de trabalho é necessário para que haja um novo ordenamento social, assegurando-se assim uma formação ampla, compreendendo-se as relações sociais subjacentes a todos os fenômenos e a relação entre conhecimentos gerais e específicos, sob os eixos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

O desafio é o aprimoramento permanente da organização do trabalho pedagógico, assim concluímos mais esta etapa, agradecendo a todos os que colaboraram neste processo de discussão e construção coletiva, colocando o Departamento de Educação Profissional da SEED à disposição daqueles que desejam construir e consolidar uma política pública para a Educação Profissional.<sup>20</sup> (CURITIBA, 2006).<sup>21</sup>

Entre os tópicos abordados pelas Diretrizes da Educação Profissional estão também: a integração da Educação Profissional com a Educação Básica; o trabalho como princípio educativo; as mudanças no mundo do trabalho e as demandas da Educação Profissional; as relações entre ciência, tecnologia e Educação Profissional; o trabalho como princípio educativo; o conhecimento prático e aplicado; integração do conhecimento básico e aplicado; as dimensões disciplinar e

---

<sup>20</sup> Diretrizes da Educação Profissional que foram estabelecidas em 2006 (em pleno mandato do então Governador do Estado Roberto Requião) e que servem como parâmetro até o ano de 2017: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz\\_educacao\\_profissional.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_educacao_profissional.pdf)

<sup>21</sup> Governador do Estado do Paraná na época de elaboração deste documento: Roberto Requião de Mello e Silva. Mais informações no link: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>

interdisciplinar; a consideração dos conteúdos culturais a partir das relações entre ciência, cultura e sociedade. (CURITIBA, 2006). Estes pontos são de grande importância para compreender o Projeto Político Pedagógico do Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná e as Diretrizes voltadas para a Educação Profissional, com intuito de analisar se as ideias políticas que são direcionadas à educação estão em conformidade com o que é proposto e aplicado na instituição que foi objeto de pesquisa.

Neste contexto, é de fundamental importância compreender como o ensino técnico no Brasil é aplicado em capacitação e formação de estudantes assim como também o direcionamento que terá o ensino regular para o ensino técnico, sendo este voltado ao mercado de trabalho.

#### 1.4 O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL COMO FORMA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO - DIRECIONAMENTO DO ENSINO REGULAR PARA O TÉCNICO VISANDO O MERCADO DE TRABALHO

As modalidades de Ensino Técnico e Profissionalizante têm características e finalidades que, apesar de terem um mesmo fim - a capacitação para o mercado de trabalho - possuem certas particularidades que as distinguem.

No Ensino Técnico são oferecidos cursos que abordam questões teóricas e práticas voltadas às áreas específicas de conhecimento as quais, posteriormente, os estudantes serão encaminhados ao mercado de trabalho. O Ensino Técnico podem ser cursado das seguintes formas: Integrada – o estudante cursando o Ensino Médio junto com o Ensino Técnico na mesma escola; Concomitante – o estudante faz o Ensino Médio em uma escola e o Ensino Técnico em outra instituição (nesta modalidade o estudante deve necessariamente estar cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio); Subsequente – o estudante se matricula no Ensino Técnico após concluir o Ensino Médio. Para se matricular no Ensino Técnico é necessário que o estudante esteja cursando o Ensino Médio. A duração do curso técnico é de aproximadamente 1 a 2 anos e ao concluir, o estudante tem direito de receber certificado de conclusão do curso assim como um diploma que comprova sua formação técnica na área desenvolvida ao longo do período.

O Ensino Profissionalizante é focado para atender uma demanda específica, onde o teor de seus cursos é direcionado a funções exercidas por profissionais já inseridos no mercado de trabalho e que buscam aprimoramento em suas áreas e/ou pessoas que não possuem conhecimento algum e querem ser inseridas em determinada prática de trabalho. Esta modalidade tem duração de aproximadamente seis a dezoito meses. Em geral os cursos do Ensino Profissionalizante não têm pré-requisitos para que o estudante se matricule e, ao término do curso o aluno recebe um certificado que não confere graduação acadêmica como o técnico, apenas constando dados gerais sobre o curso realizado.

Neste sentido, as Diretrizes são voltadas a um público jovem e sem experiência profissional, a tendência então seria destas serem voltadas ao Ensino

Técnico, porém são tituladas como “Diretrizes da Educação Profissional” e têm conteúdos voltados de fato à profissionalização e não ao Ensino Técnico.

Segundo documento do MEC sobre o Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Ensino Profissional foi disseminado no Brasil a partir da colonização onde os aprendizes eram os índios e os escravos. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais o ensino mais especializado voltou-se para os filhos de homens brancos que eram funcionários das Casas de Fundição e de Moeda, nesta mesma época foram fundados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil onde operários, com especialidades, selecionavam pessoas para o aprendizado dos ofícios indicados. Houve um período de recessão em que

O desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição da existência de fábricas em 1785. Isso aconteceu devido à consciência dos portugueses de que “O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”, (Brasil, 2009, apud Alvará de 05.01.1785 in Fonseca, 1961).

Em 1808 é criado o Colégio das Fábricas (primeiro estabelecimento instalado pelo poder público) com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, voltado ao ensino de artistas e aprendizes recém-chegados de Portugal.

Após a abolição da escravatura e fim do período imperial, em 1889, houve um grande aumento de fábricas e número de trabalhadores como também cita o documento:

[...] O número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas. (Brasil, 2009).

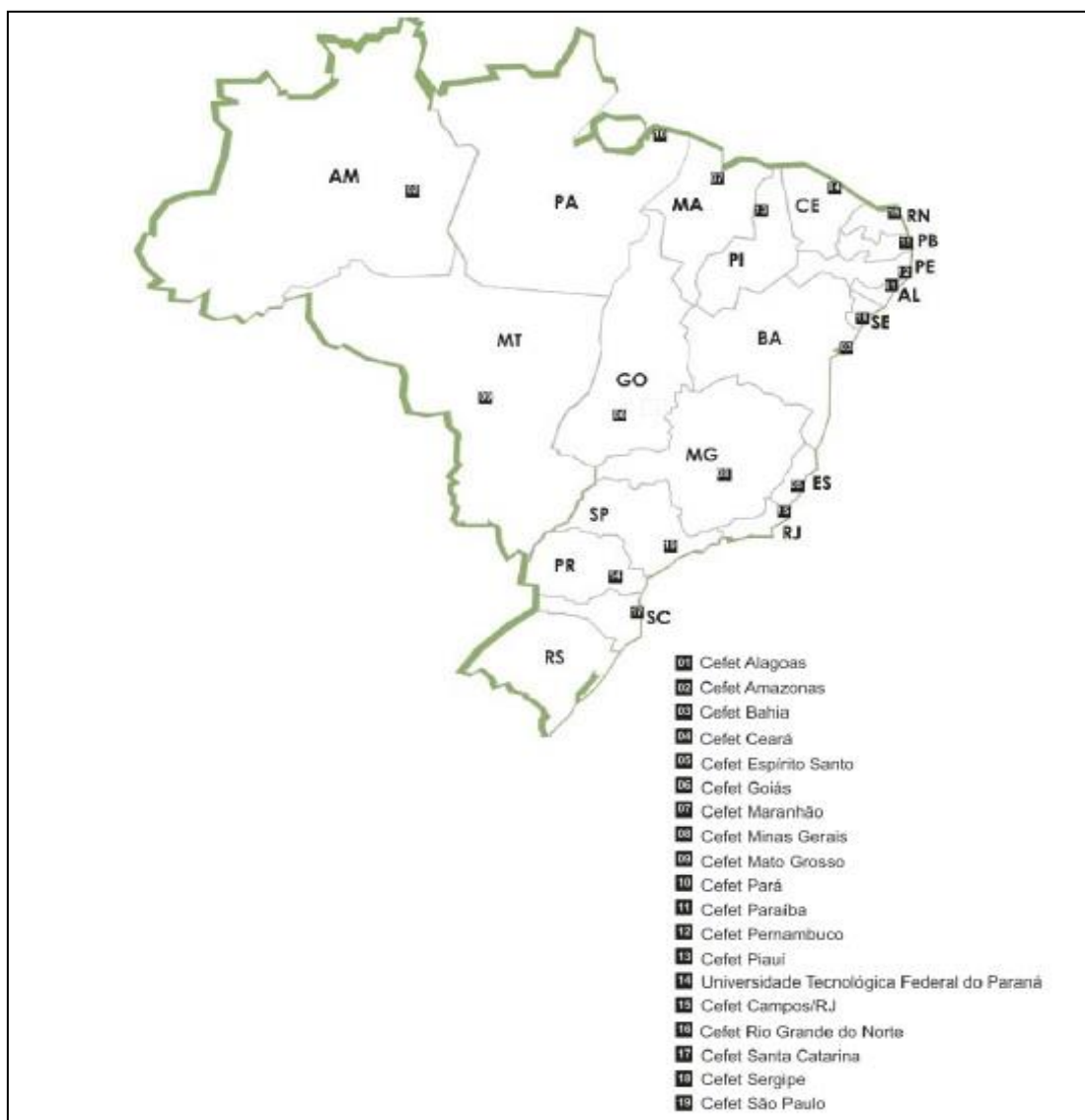
No ano de 1906 houve no Brasil a consolidação do ensino técnico-industrial que trouxe à tona algumas ações como o projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, o aumento da dotação orçamentária, assim como também a “criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.” (Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906).

Em 1909 é criada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, um marco no Brasil.

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. (Brasil, 2009).

A partir disto a Educação Profissional é disseminada por todo o País como podemos observar nos mapas a seguir:

Mapa 1



Fonte: MEC (2017).<sup>22</sup>

Segundo o mapa acima é possível observar a divisão e expansão Geopolítica no início do século XX das Escolas de Aprendizes Artífices disseminadas pelo Brasil. De 20 unidades federativas existentes naquela época, 19 tiveram as Escolas instaladas em seus territórios.

<sup>22</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em 26/02/2017.

Em 1927 foi sancionado pelo Congresso Nacional o Projeto de Fidélis Reis que antevia a oferta obrigatória do ensino profissional no Brasil. Três anos depois, em 14 de Novembro de 1930, foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública e estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico que passou então a fazer a supervisão das Escolas de Aprendizes Artífices, que antes eram vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1934 a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico tornou-se Superintendência do Ensino Profissional. Segundo o documento apresentado pelo MEC (2009, p. 4) “Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.”.

É relevante ressaltar aqui que no período de 1930 a 1940 foram instituídas políticas que incentivaram a industrialização no Brasil e neste contexto outros fatos impulsionaram mudanças políticas, econômicas e sociais como a crise que se elevou no Brasil com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, seguida da crise de exportação do café (quebra do pacto político entre Minas Gerais e São Paulo) – “política do café com leite”; a revolução de 1930 e a elevação de Getúlio Vargas ao poder; e o avanço da industrialização assim como o crescimento das cidades brasileiras.<sup>23</sup>

Em 1937 a Constituição brasileira trata especificamente do ensino técnico, profissional e industrial:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado,

---

<sup>23</sup> Leitura complementar sobre o desenvolvimento e mudança social em meio à formação urbano - industrial no Brasil: <http://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>



sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (Brasil, 1937).

A partir de então as Escolas de Aprendizes Artífices transformaram-se em Liceus Profissionais, voltados ao ensino profissional.

No ano de 1941 começam a vigorar as leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que reestruturou o ensino no Brasil. A Reforma trazia consigo as principais mudanças:

O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; O ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (Brasil, 2009).

Em 25 de fevereiro de 1942, o Decreto nº 4.127 estabelece que as Escolas de Aprendizes Artífices, fossem transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, equivalendo seu ensino ao nível do ensino secundário e havendo assim o vínculo entre o ensino industrial e o ensino como um todo, possibilitando assim os estudantes que se formavam nos cursos técnicos ingressarem no ensino superior na área que fosse correspondente à de sua formação inicial.

É de grande importância que também seja citado neste trabalho o período de governabilidade de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que trouxe

[...] a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infra-estrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de

profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. (Brasil, 2009).

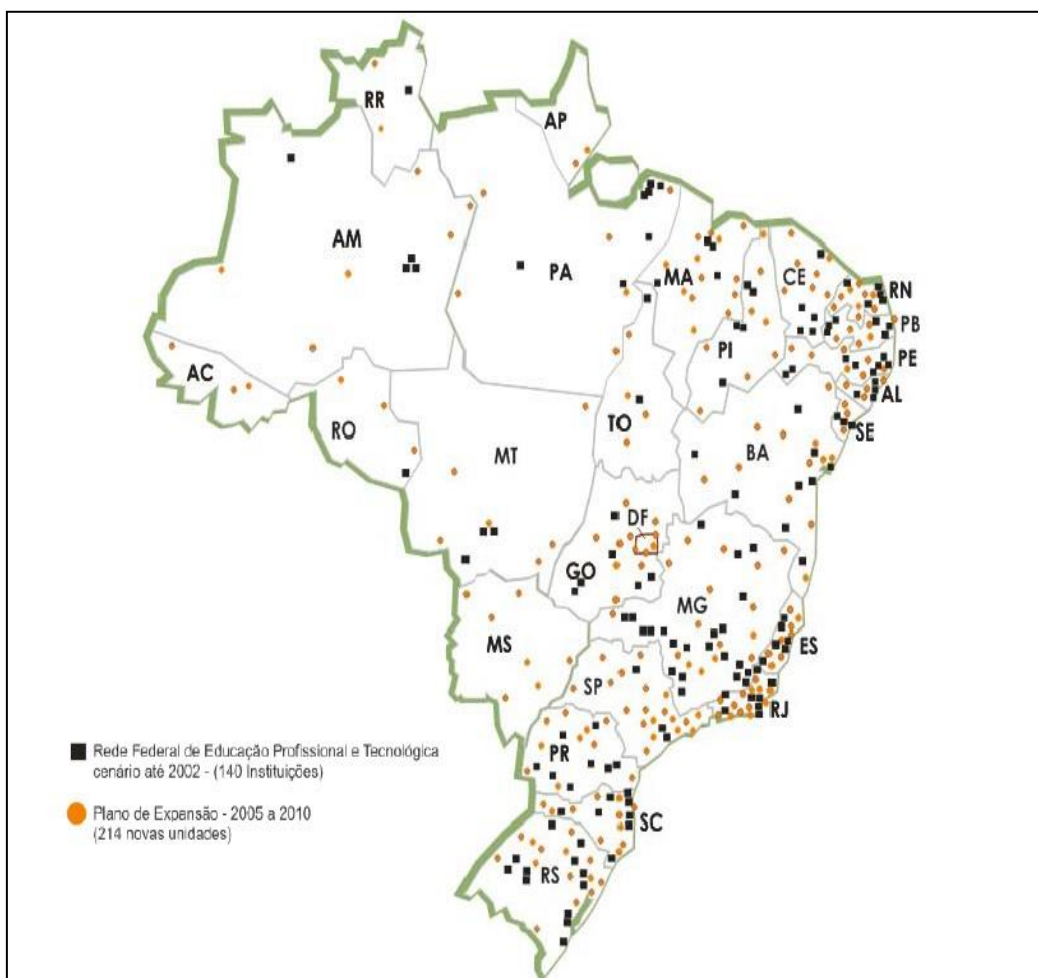
Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas transformam-se em autarquias chamadas Escolas Técnicas Federais, ganhando assim autonomia didática e gestão, intensificando assim “a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização” (Brasil, 2009).

As transformações continuam:

- 1971 – LDB, nº 5.692 (11 de agosto de 1971) - Constitui, de maneira obrigatória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau;
- 1978 – Lei nº 6.545 - Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, com propósito de formar estudantes em engenheiros de operação e tecnólogos;
- 1994 – Lei nº 8.948 - Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, modificando, de forma gradativa, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs;
- 1996 – Lei 9.394 – Introduz uma nova ideia de intervenção social e de qualidade na educação profissional tornando-se assim uma forma de favorecimento à inclusão social e democracia dos bens sociais para a sociedade;
- 1997 – Decreto 2.208/1997 – Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP;
- 1909 a 2002 – Foram construídas 140 unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira;
- 2004 - Decreto 5.154/2004 - Permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio;
- 2005 – Lei 11.195 – É disseminada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. É também nesse período que ocorre a transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como sendo a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil;

- 2006 - Decreto 5.773/2006 - Discorre sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ainda nesse ano é divulgado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para orientar as qualificações dos cursos ofertados por instituições de ensino público e privado, e também é realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, tendo sido a “primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história” (Brasil, 2009);
- 2007 – Lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta a entrega de mais 150 novas unidades para a população, completando um total de 354 unidades, até o final de 2010, abrangendo todas as regiões do país

**Mapa 2: Expansão da Rede Federal até 2010**



Fonte: MEC (2017).<sup>24</sup>

Neste mapa é possível visualizar o estabelecimento de todos os Estados já consolidados no Brasil assim como a expansão da Rede Federal entre 2005 e 2010.

No que diz respeito à trajetória do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil este é o panorama feito documentalmente e disponibilizado pelos meios de comunicação do Ministério da Educação. Acrescenta-se aqui a reforma do ensino médio, quando sancionada a Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 que

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em 26/02/2017.

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (Brasil, 2009)

Direcionando assim a educação para novos rumos mediante suas alterações.

## 1.5 APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA INSERÇÃO DO ESTUDANTE NO MERCADO DE TRABALHO

O trabalho passou por grandes transformações ao longo do tempo em função das grandes mudanças também ocorridas na sociedade e no mundo. A trajetória do trabalho - desde o artesanal, passando pelo manufaturado, o industrial, até chegar ao modo de produção capitalista – demonstra como as mudanças foram significativas no que diz respeito às necessidades delimitadas pelo ser humano e a transformação científica que substituiu ao longo do tempo boa parte da mão de obra humana por máquinas.<sup>25</sup>

As Revoluções Industrial e Francesa marcaram fortemente suas ideias e suas implicações são ainda influentes na sociedade contemporânea. Foi um período revolucionário ao qual a sociedade se submeteu, porém acabou por deter o poder à burguesia impedindo que os setores populares pudessem subir também ao poder, este entre outros aspectos pontuaram as desigualdades sociais que permeiam até hoje. O desemprego aumenta, as pessoas passam fome pelas ruas, doenças se espalham, existe a falta de habitação, a saúde pública é precária, enquanto uma minoria é beneficiada pelos avanços do modernismo.

Segundo Setton (2002) “vem emergindo uma nova configuração cultural, na qual o processo de construção das identidades sociais dos indivíduos passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores e referências culturais” as quais oportunizam aos jovens inúmeras possibilidades dos atores sociais que eles podem vir a ser.

Apesar de muito ter se transformado, a educação formal contradiz o princípio da dialética de que tudo está em movimento e tudo se transforma, e continua sendo transmitida dos adultos para as crianças e adolescentes e pouco é deixado para que os estudantes explorem, conheçam, descubram. A Educação não Formal aparece então neste meio para tentar quebrar este paradigma, especialmente com a introdução do ensino técnico no ensino regular, com intuito de preparar os jovens a assumirem seus devidos papéis na sociedade. E isto vem ao encontro com as ideias sugeridas por Durkheim onde em uma sociedade devem existir pessoas que sejam

---

<sup>25</sup> Mais informações sobre a “revolução industrial” do Brasil no Artigo “Brasil: a economia do capitalismo selvagem”: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452002000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200002&lng=pt&nrm=iso)

preparadas para pensar e dirigir o país, e outras devem ser educadas para o trabalho manual e a obediência. Segundo o pensador, a educação tem papel fundamental no preparo destes indivíduos para que exerçam papéis sociais distintos e coesos.

O papel da educação, ao longo da história, atribui-se então à construção de valores e preparo dos indivíduos para adentrarem a sociedade e posteriormente ao mercado de trabalho. Assim como a educação formal a educação não formal reforça este molde inicial dado pela educação formal e prepara tecnicamente o estudante para funções específicas do mercado de trabalho.

## CAPÍTULO 2 - GUARDA MIRIM

Neste capítulo será apresentado o histórico da criação da Guarda Mirim<sup>26</sup> a fim de compreender sua finalidade.

De acordo com o documento “Manual da Guarda Mirim” (Curitiba, 1984) e o “Plano de Trabalho da Guarda Mirim” (Curitiba, 2012), no ano de 1963, o então presidente do “Lions Clube de Curitiba”<sup>27</sup>, Dr. Edgar Barbosa Ribas - diante de um aumento de menores de idade que viviam nas ruas centrais da capital paranaense - começou uma campanha junto à comunidade para fundar uma instituição de cunho preventivo, com vista ao acompanhamento de jovens e suas famílias. Foi fundada em 16 de Setembro de 1963 a *Casa do Menor Trabalhador*, inicialmente como uma instituição de caráter particular e de natureza filantrópica que logo foi amparada por Ney de Amintas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná<sup>28</sup>. Era situada na Rua Comendador Araújo, nº 388 e abrigava 295 adolescentes em dois regimes: internato e semi-internato. Na época, os adolescentes eram distribuídos em três cursos: Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes Mirins, Engraxates e Lavadores de Carro e Formação Profissional para Menores de Campo Comprido (Unidade Social Oficial do Instituto de Assistência ao Menor), em idade de 15 a 18 anos<sup>29</sup>.

No fim do terceiro ano, em 1966, por meio do decreto instituído pelo Secretário do Trabalho e Assistência Social, Felipe Aristides Simão<sup>30</sup>, foi extinto o curso de engraxates e lavadores de carros. Os adolescentes que faziam o curso de

---

<sup>26</sup>A respeito da unidade, o nome “Guarda Mirim” foi adotado pelo costume da população de chamar os adolescentes de Guardas-Mirins, em função de, inicialmente, auxiliarem o Batalhão de Trânsito no controle do tráfego na região central de Curitiba.

<sup>27</sup> Para mais informações sobre o clube: <http://lionsbatel.lions.org.br/index.html>

<sup>28</sup>Governador do Estado do Paraná que apoiou a instituição da Casa do Menor Trabalhador: Ney de Amintas de Barros Braga. Mais informações no link: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>

<sup>29</sup> Pensando no sistema de internato, podemos comparar a Guarda Mirim neste momento ao que Goffman (1961) chama de *instituição total* sendo esta como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (Goffman, p. 11, 1961).

<sup>30</sup>Mais informações sobre a trajetória política de Felipe Aristides Simão no link: <http://www.cmc.pr.gov.br/galeria.php?ano=1958>



Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes Mirins tinham a missão de ajudar no controle do trânsito de Curitiba, atividade desenvolvida sem remuneração. A casa fornecia uniforme, alimentação, pouso aos internos e passagens de ônibus aos semi-internos.

Em 1969, os Vigilantes Mirins deixaram de prestar serviços no Batalhão de Trânsito de Curitiba e foram conduzidos para trabalhar no apoio administrativo de Secretarias de Estado e algumas empresas privadas na função de auxiliar administrativo e office-boys<sup>31</sup>.

Em 21 de outubro de 1974, a *Casa do Menor Trabalhador* foi transferida para um imóvel comprado pelo Governo do Estado, na Av. Anita Garibaldi, 2395, bairro Ahú, na capital. A unidade também mudou de nome e passou a se chamar Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes, levando o nome de Centro de Integração Comunitária de maneira a facilitar a integração social entre os bairros próximos do Ahú. Em regime de semi-internato, oferecia as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesta época, os adolescentes eram encaminhados para o mercado de trabalho, mas sem participarem de cursos profissionalizantes específicos, com exceção do Ensino Musical que era o único ministrado na Unidade, o que permitia aos adolescentes integrarem a Banda Marcial do Centro de Integração.

A partir Junho de 1977, o Centro de Integração Comunitária deixou de oferecer os cursos regulares do primeiro grau de escolarização e os adolescentes passaram a estudar em escolas próximas à comunidade. Em 1980<sup>32</sup>, o Centro de Integração implantou os cursos de Auxiliar de Escritório e Relações Humanas e, também, o Programa CES (Centro de Estudos Supletivos), com o objetivo de reduzir

---

<sup>31</sup> Nas fontes de pesquisa não foram citados valores recebidos pelos estudantes nas empresas em que trabalharam.

<sup>32</sup> A partir dos anos 1980, a economia brasileira, entrou num processo de estagnação, motivado principalmente pela dívida externa. Nesse período, a economia cresceu lentamente, com baixas taxas de investimento, enquanto a população cresceu num ritmo mais dinâmico. O reflexo foi a desestruturação do mercado de trabalho, já fragilmente estruturado, a expansão do desemprego, a deterioração e a precariedade das condições e relações de trabalho, além do emprego informal e do aumento do número de trabalhadores sem registro em carteira e sem cobertura legal. Advém a chamada abertura democrática, fruto direto das crises políticas e econômicas então existentes. Fortalecem-se os movimentos sociais, urbanos e rurais, bem como o sindicalismo. Passaram a apoiar estes grupos parcelas significativas da intelectualidade e da igreja, cujas posições, em favor dos oprimidos socialmente, fizeram prevalecer a ideia da Assistência Social enquanto direito, e não mais benevolência. (Grifos do Plano de Trabalho da Guarda Mirim, 2012)

a defasagem escolar. O Programa CES funcionou na unidade até 2005, já com a denominação CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

A partir de 1986<sup>33</sup>, o Centro passou a atender também meninas adolescentes. Em 1996 começou a ofertar o Curso Supletivo do Ensino Fundamental, visando resgatar a defasagem escolar. Atualmente, a Instituição promove a inserção de adolescentes de ambos os gêneros, no mundo do trabalho por meio do Programa de Aprendizagem, vinculados à Qualificação Profissional Básica ao Adolescente Aprendiz (QPBA) da Secretaria de Estado da Educação.

Em 1997<sup>34</sup>, foi criado o Programa CES (Centro de Estudos Supletivos), com o objetivo de ofertar supletivo de 5ª a 8ª série. Em 1998, o programa NAES (Núcleo Avançado de Estudos Supletivos), conjuntamente com o CEAD ofertavam o estudo dos conteúdos básicos essenciais disciplinares.

O programa CEEBJA (Centro de Estudos de Educação Básica para Jovens e Adultos), desde seu início em 2002 até 2005, proporcionou a continuação dos projetos anteriores (CES e NAES).

---

<sup>33</sup> Nesta época, foram determinantes alguns eventos e documentos, como o Relatório da Comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Social, de maio de 1986. Em julho, deste ano trabalhadores da Legião Brasileira de Assistência – LBA realizaram Seminário Nacional sobre a Assistência Social em nosso país. Com advento da Constituição Federal em 1988, promovem-se condições de reordenamento político – jurídico – administrativo das instituições. Assistência Social passa a ser considerada um meio, uma estratégia de redistribuição estendendo direitos de qualquer contribuição prévia, tudo de forma a interagir com as demais políticas públicas. Em 1987, de acordo com as diretrizes do governo de época, foram extintas o IAM e a PROMOPAR, dando origem à Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. A FASPAR manteve a sua ação de atendimento social por meio de Unidades Sociais Oficiais na capital e no interior do Estado como é o caso do CIC “Diva Pereira Gomes” Guarda Mirim.

<sup>34</sup> Os anos 1990 conheceram primeiro sob Fernando Collor de Melo, depois sob Fernando Henrique Cardoso, a vigência de um pacto dominante, envolvendo a elite brasileira em associação com a oligarquia financeira transnacional, inserindo a nação brasileira no bojo de um largo processo de globalização neoliberal, hegemonizados pelos Estados Unidos. Na década de 1990, que alguns chamam de “a década maldita” o neoliberalismo agravou o desmonte da economia nacional, restringindo os direitos democráticos, promoveu a regressão do trabalho e ampliou a crise social. Acompanhando as transformações da sociedade brasileira, a assistência social passou por mudanças e necessitou de uma nova regulamentação: a lei 8.662/93. Em 1993 o serviço social instituiu um novo código de ética, expressando o projeto profissional contemporâneo comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais civis e políticos. A prática profissional também é orientada pelos princípios firmados na constituição de 1988 e na legislação complementar referente as políticas sociais e aos direitos da população. Pela Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993, foi instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Na gestão do governador Roberto Requião, referente ao período de 1992-1995 a ação social se expressou num conjunto de programas específicos, de denominação de “Meu Irmão”. Em 1995, a FASPAR foi transformada em entidade autárquica, e posteriormente, regulamentada pelo decreto n.º 959, de 28 de junho de 1995, denominando-se Instituto de Ação Social do Paraná. (Grifos do Plano de Trabalho da Guarda Mirim, 2012)

Em dezembro de 2005<sup>35</sup>, o programa CEEBJA – Guarda Mirim deixou de funcionar, devido a uma resolução do Conselho Estadual de Educação, que estabelecia a idade mínima de 18 anos para ingresso nas turmas de aceleração.

Em Fevereiro de 2012 é formalizado um Termo de Cooperação Técnica onde são determinadas as atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e a Secretaria de Estado da Educação – SEED mediante à execução do Programa de Formação Cidadã aplicado na Guarda Mirim.<sup>36</sup>

Segundo o Plano de Trabalho da Guarda Mirim, sua missão é

Assegurar aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social<sup>37</sup>, o direito à Aprendizagem, nos termos do Livro I, Título II, Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) e da Lei da Aprendizagem (Lei n.º 10.097/00), tendo como princípio a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, através de um projeto social-político-pedagógico emancipador, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária. (Curitiba, 2012).

E seus objetivos:

Objetivo geral: Promover o atendimento aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que necessitam do

---

<sup>35</sup> Criada em 2003, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, é encarregada da coordenação e execução da Política da Assistência Social no Estado do Paraná. Com a administração do SETP, em 2003, o IASP assumiu o reordenamento institucional com um novo entendimento do conceito de pessoa em situação de risco, agregando em sua intervenção o atendimento à pessoa adulta e idosa sob a tutela do Estado, como forma de superar a segmentação e a focalização da prestação de serviço e imprimir a proteção integral. No início da gestão de Roberto Requião, referente a 2007/2010, o Instituto de Ação Social do Paraná, passa a estar vinculada a Secretaria de Estado da Criança e Juventude.

<sup>36</sup> Documento na íntegra no seguinte link: [http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios/Diversos/SEDS\\_Guarda\\_Mirim/3720120006\\_SEDS\\_GUARDA\\_MIRIM.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios/Diversos/SEDS_Guarda_Mirim/3720120006_SEDS_GUARDA_MIRIM.pdf)

<sup>37</sup> Pode-se definir vulnerabilidade social como sendo um conceito que caracteriza a condição de grupos de indivíduos que se encontram à margem da sociedade, em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. Fonte: <https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/>. Mais sobre o assunto no artigo “Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas” no link: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>

Programa. Objetivos específicos: Consolidar uma política de especialização para o atendimento das medidas de proteção, cujas ações sejam de inclusão social, de forma articulada e integrada com as redes sociais; Implementar e cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei da Aprendizagem e Consolidação das Leis do Trabalho, no que se refere ao direito e Aprendizagem dos adolescentes atendidos pelo programa do Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim. Possibilitar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Promover a formação continuada dos funcionários, com vistas a aprimorar a qualidade do atendimento dispensado aos adolescentes; Possibilitar a qualificação dos adolescentes, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, aliando teoria e prática; Implementar atividades culturais, recreativas, de formação educacional, profissional e de geração de trabalho e renda. (Curitiba, 2012).

Acredito ser importante ressaltar a missão e objetivos da Guarda Mirim para entender o quão profunda é sua definição a fim da socialização dos estudantes que participam deste núcleo, que são introduzidos na sociedade e qualificados para o mercado de trabalho.

No próximo tópico será abordado sobre o perfil dos alunos (e família) que compunham o corpo estudantil da Guarda Mirim em 2015/2016, para conduzir o leitor a um melhor entendimento sobre o perfil destes jovens e suas famílias.

## 2.1 ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: FAMÍLIA E IDENTIDADE DOS E DAS ESTUDANTES DA GUARDA MIRIM

Como o aluno se reconhece como indivíduo está intimamente ligado ao reconhecimento que ele tem de si na instituição de ensino. Essa compreensão tem vários atores que ajudam em sua definição, como o jovem se vê quanto à sua identidade seja ela na área pessoal, social e relacional, levando em consideração a instituição de ensino como ambiente de socialização.

Ao pensar no ensino profissionalizante do campo de pesquisa em questão, trata-se de jovens, e, nesta etapa da vida, existe uma carga de indefinição, por sua limitação de idade ou por sua determinação social.

Ser jovem não se trata apenas sobre definir um grupo de determinada idade, mas a transcorrer a história foi se acumulando características comportamentais e sociais, como abordado por Pappámikail (2012) que a definição de juventude é complexa e perpassa vários pontos, concluindo que a juventude possui um tempo e espaço exclusivo, não como um processo simples de transição da infância para a vida adulta, mas levando em consideração que a juventude é um processo de aprimoramento, com o corpo e mente em constante ebulição, e com questões quanto à autonomia, liberdade e independência, a serem estabelecidas e desenvolvidas, pois são diferentes, mas interligadas, numa parte da concepção de juventude, que vai além do simples aspecto da idade dos jovens.

Ao buscar definir os alunos através da instituição educacional, é possível levar em consideração que nesse ambiente há formação de grupos, que se definem pela cultura pela qual eles se interessam ou fazem parte. Não se pode ignorar as diferenças existentes entre os alunos, homogeneizando o grupo, Jovino (2012) ressalta a importância de conhecer e valorizar a cultura e o conhecimentos que os estudantes trazem, isso auxilia na construção de relações sociais e enriquece a formação do sujeito aluno.

Outro ponto importante para se analisar sobre os alunos é a família. A configuração familiar tem influência no jovem estudante, pois reflete em parte a visão deste além do ambiente escolar e como ele vem para a escola, representa o

que ele é além do ambiente escolar, o que muitas vezes, apenas é refletido ou reforçado nesse ambiente. Arroyo (2013) salienta que é importante caracterizar o jovem com olhares para além dele na escola, ele com a família. Pois, assim como já dito anteriormente, o jovem não apenas existe na escola, mas em todas as esferas sociais, e isso deve ser considerado quando se pensa numa definição desses sujeitos, ponderando que a participação dos pais na escola e na vida escolar dos filhos também interfere nessa formação.

Para a análise dos estudantes que fizeram parte da Guarda Mirim nos primórdios e os que faziam parte na época em que fiz a pesquisa em campo, utilizei a observação e análise de documentos disponibilizados na instituição de ensino.

Como citado anteriormente, o registro mais antigo entre os documentos levantados em minha pesquisa, denominado “Manual da Guarda Mirim” (1984), apresenta dados de seleção e captação de adolescentes que viviam em vulnerabilidade social e/ou nas ruas de Curitiba no ano de 1963, porém, a análise referida neste trabalho será de registros a partir dos anos 80.

No início da década de 1980 o estudante e sua família tinham sua vida minuciosamente analisada pelo entrevistador no ato da matrícula, levando em consideração situação empregatícia dos pais, renda per capita, condição de saúde, habitacional e até mesmo a religião que seguiam.

Analisemos alguns casos de alunos cujas fichas<sup>38</sup> foram encontradas nos arquivos da Guarda Mirim durante a pesquisa.

A ficha mais antiga encontrada nos arquivos da Guarda Mirim é referente ao aluno “A”<sup>39</sup> (ANEXO 1), matriculado em 1982. Nesta ficha os dados levantados são minuciosamente detalhados como exemplo disso os detalhes sócio-econômicos, aparentemente simples que eram levados em consideração na hora da seleção, tendo na ficha o detalhamento de situação de saúde do aluno, situação habitacional e religiosa, cálculo da renda mensal da família, se vivia ou não com os pais, quantas pessoas moravam na casa do aluno, e até mesmo quantas refeições eram feitas durante o dia e quais eram os alimentos servidos em cada uma destas refeições.

---

<sup>38</sup> Fichas disponíveis em Anexo

<sup>39</sup> Os alunos serão aqui denominados por letras para que sejam preservadas suas identidades.

Nesta primeira ficha, vinte anos após os primeiros recrutamentos de adolescentes para o internato e semi-internato na Unidade podemos observar que, apesar de não ser um morador de rua, o aluno “A” tem certa vulnerabilidade social. Apenas o pai é assalariado, sustenta uma família de seis pessoas e moram em favela.

O aluno “A” ficou em regime de semi-internato na Unidade entre 1982 e 1987<sup>40</sup>, quando teve desligamento por provável alistamento no Serviço militar.

Analisemos agora a ficha referente ao aluno “B” (ANEXO 2), matriculado em 1993.

Neste caso também é possível perceber que, mesmo o padrasto sendo assalariado sua renda é consideravelmente baixa no que diz respeito ao sustento de cinco pessoas.

As condições de saúde do aluno “B”, ainda que tendo quadros diversos de doenças, é considerado tendo “boa saúde” e, apesar de ter reprovado algumas séries na escola encontrava-se devidamente matriculado, um dos requisitos para fazer parte da Unidade que perdura até hoje.

O aluno “B” ficou matriculado na Guarda Mirim entre 1992 e 1993, quando foi desligado por não ter condições de acompanhar as atividades, como aponta o relatório da Fundação de Assistência Social – FAS, que também acompanhava o desenvolvimento do estudante.

É interessante observar que, mesmo após o desligamento, o aluno teve acompanhamento de assistente social e chance de retornar para refazer os cursos iniciados, porém não houve sucesso na tentativa de retorno do mesmo à Guarda Mirim.

O próximo caso a ser analisado é a ficha da aluna “C” (ANEXO 3). Esta permaneceu na Guarda Mirim de 2007 a 2009 quando teve seu desligamento por

---

40 Segundo a documentação “Manual da Guarda Mirim (Curitiba, 1984), os internos e semi-externos da Casa do Menor Trabalhador recebiam uniforme e alimentação. Os internos recebiam ainda pouso no local e os semi-externos passagem de ônibus para voltar para casa no fim do dia.

diversos enquadramentos<sup>41</sup> aplicados devido a mau comportamento da aluna na Guarda Mirim. Como nos casos anteriores é possível observar que ainda são levados em consideração os aspectos sociais na hora da entrevista para a matrícula da aluna, sendo eles: tipo de casa – própria ou alugada; quantidade de cômodos; se a casa possuía luz elétrica, água encanada, instalação sanitária; situação financeira; estado de saúde da estudante; escolaridade; relacionamento familiar, etc.

O último caso é da ficha referente à aluna “D” (ANEXO 4) que se matriculou em 2016, ano em que a SEED e seus profissionais começaram sua atuação na Guarda Mirim.

É perceptível que em 2016 já não existia mais todo o detalhamento sobre aspectos sociais e de saúde no requerimento da matrícula assim como para esta, uma pré-inscrição que necessariamente deveria ser feita pelo site da Guarda Mirim e posteriormente os adolescentes pré-inscritos aceitos seriam convocados para o ato da matrícula pessoalmente acompanhados pelos responsáveis.<sup>42</sup>

Em 2015/2016 o ingresso dos adolescentes no Programa de Aprendizagem da Guarda Mirim ocorria por meio de processo seletivo realizado por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que utilizavam entrevistas para avaliar a estrutura familiar e principalmente a situação sócio econômica do adolescente. O ingresso se estendia a todos os jovens de baixa renda, porém, priorizando a inserção dos que faziam parte de entidades assistenciais e dos que se encontravam em vulnerabilidade social. O processo seletivo era realizado a cada novo período letivo, sendo assim, a cada semestre durante o ano.

Para o adolescente participar do processo seletivo era preciso que estivesse matriculado e frequentando o 9º ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª série) e/ou no 1º ano do Ensino Médio, sendo que matriculado em escola da rede pública de ensino de Curitiba ou Região Metropolitana, e ter entre 14 e 16 anos.

---

<sup>41</sup> Falarei mais adiante sobre os enquadramentos aplicados pelos Comandantes da Polícia Militar que no período da pesquisa trabalhavam na Guarda Mirim.

<sup>42</sup> Link para inscrições:  
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1660>



A Guarda Mirim oferecia atendimento social, psicológico e pedagógico aos adolescentes durante o Programa de Aprendizagem, assim como alimentação no local e auxílio de enfermagem em casos de emergência.

## 2.2 COMO A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DESENVOLVIDA PELA GUARDA MIRIM RELACIONA A EDUCAÇÃO, OS ESTUDANTES, O MERCADO DE TRABALHO E A SOCIEDADE

Como citado no tópico anterior, o ingresso dos adolescentes acontecia através de processo seletivo. O número de vagas ofertadas, no período de pesquisa na Guarda Mirim, era de aproximadamente 280 (duzentos e oitenta), sendo que a todos os adolescentes que concluíam o processo de formação teórica era oportunizado o ingresso no mercado de trabalho.

Os adolescentes matriculados eram distribuídos em turmas no período da manhã ou tarde, nos horários de atividades realizadas das 8h às 11h e das 13h45min às 16h45min, de segunda a sexta-feira.

Os adolescentes aprovados passavam por uma ambientação na Guarda Mirim. Seus pais eram chamados para uma reunião ministrada pela pedagoga, pelo comandante da Polícia Militar e pelo diretor da Instituição, para conhecerem as regras, horários e como funciona a Guarda Mirim.

As regras eram basicamente sobre os horários – de entrada e saída – e sua tolerância – máximo de quinze minutos; a vestimenta – deveriam utilizar uniforme próprio da Guarda Mirim - a ser adquirido pelo estudante em lojas indicadas - e tênis da cor preta. O uniforme deveria ser utilizado dentro e fora da Guarda Mirim, em todo o trajeto, na escola e na empresa que posteriormente fossem contratados para assim serem identificados. As meninas deveriam sempre manter o cabelo preso, não usarem brincos, anéis e acessórios nas dependências da Instituição e unhas aparadas. Os meninos deveriam manter barba e cabelos sempre aparados. Em média, o custo do uniforme completo (calça, camiseta e jaqueta) era de R\$50,00 e o deslocamento (casa – Guarda Mirim – Escola) era custeado pelo próprio aluno. A partir do momento que o estudante se tornasse um aprendiz, a empresa que o contratasse arcaria com o custeio de ida e volta ao trabalho.

A Guarda Mirim oferecia aos alunos quatro refeições, café da manhã (das 07h da manhã às 07h40min), lanche da manhã (durante o intervalo que ocorria das 09h20min às 09h40min), almoço (das 11h às 13h25min) e lanche da tarde (das

15h05 às 15h25)<sup>43</sup>. Ao chegar à Guarda Mirim os estudantes – tanto do turno da manhã quanto do turno da tarde – tinham a opção de se alimentar (café da manhã ou almoço) e logo em seguida entravam em forma – turma da manhã às 07h45min e turma da tarde 13h30min -, em pelotões<sup>44</sup> que, se dispunham em filas deparadas por turmas, marchavam e entoavam músicas que falavam sobre a Guarda Mirim, criadas pelos próprios estudantes. Uma vez por semana cantavam o Hino Nacional. Após a marcha eram liberados por turmas para entrarem em sala de aula. Estando em aula, para circular pelas dependências da Guarda era preciso autorização do professor e uma credencial a ser levada para onde quer que o estudante fosse. Caso alguém entrasse na sala de aula, e esta pessoa não fosse um Aspirante ou Guarda Mirim, todos os estudantes da sala se levantavam e diziam em conjunto “bom dia/boa tarde senhora (or)”. Ao encontrar com um (uma) Comandante da Polícia Militar, os Oficiais Mirins deviam bater continência em sinal de respeito e submissão à alta hierarquia que estes representavam na Instituição<sup>45</sup>.

A preparação dos adolescentes para o ingresso no mercado de trabalho era realizada em duas fases. A primeira acontecia no primeiro ano em que o adolescente frequentava o curso de Pré-aprendizagem e Formação Cidadã. Era composta por Curso de Comunicação Empresarial, Matemática Básica e Empresarial, Língua Estrangeira, Legislação, Informática, Atividades de Gestão, Oficinas de Artes, atividades complementares e treinamento militar que possibilita o conhecimento das hierarquias existentes nas estruturas sociais - proporcionando aos adolescentes a graduação dentro do regulamento disciplinar sob a responsabilidade de integrante da Polícia Militar. Neste período o adolescente era denominado e identificado internamente como Aspirante. Ao fim desta primeira fase, o estudante que a completava satisfatoriamente, tendo sido aprovado em todas as

---

<sup>43</sup> Goffman elenca, entre as características das *instituições totais* as atividades sistematicamente realizadas, sendo elas “rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formas explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.” (Goffman, p. 18, 1961).

<sup>44</sup> Tipo de unidade militar, tipicamente composta por entre 20 e 50 soldados

<sup>45</sup> Sob certo ponto de vista este tipo de tratamento também pode ser visto e levar à certas característica das instituições totais que Goffman aponta onde “os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis [...]” (Goffman, p. 19, 1961).

disciplinas, participava de uma formatura que o tornava apto a ingressar na segunda fase do Programa de Aprendizagem.

Na segunda fase - que iniciava a partir do segundo ano em que o estudante estava na Guarda Mirim - os adolescentes eram encaminhados ao mercado de trabalho e, paralelamente, realizavam os cursos de Aprendizagem, que tinham duração de dois anos, nas áreas: administrativa e comercial. Nesta fase o adolescente era denominado e identificado internamente como Guarda Mirim e necessariamente deveria estar matriculado na escola de ensino público no período noturno para que pudesse conciliar os estudos da escola, da Guarda Mirim e ter a disponibilidade se chamado a qualquer momento para o trabalho nas empresas conveniadas com a Instituição. Até o ano de 2014 os cursos ofertados na Guarda Mirim eram ministrados exclusivamente por professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. A partir de 2016, com a mudança de administração da Guarda Mirim que antes era feita pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e passou a ser desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, os cursos começaram a ser ministrados também por professores oriundos da SEED.

A partir da segunda fase, quando os adolescentes tornam-se Guardas Mirins, era permitido que estes concorressem às vagas de Oficiais Mirins, para auxílio do Comando Militar que administrava as rotinas referentes à ordem e à disciplina dentro da Unidade. Estes adolescentes tinham uma responsabilidade maior dentro da Guarda Mirim em relação aos demais estudantes, pois serviam como referência e autoridade para os Aspirantes e Guardas Mirins, assim como também lhes eram exigidos comportamentos e atribuições segundo o que os policiais e regimento interno determinavam.

No próximo tópico apresentarei uma entrevista feita com a pedagoga que atuava na Guarda Mirim no período em que fiz esta pesquisa.

## 2.3 UMA VISÃO PROFISSIONAL/INSTITUCIONAL A RESPEITO DA GUARDA MIRIM

Pra melhor entendimento das dinâmicas, foi realizada uma entrevista com a pedagoga (APÊNDICE)<sup>46</sup>. A entrevistada é formada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), possui especialização em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR, Administração e Supervisão Escolar pela Faculdade de Pinhais (FAPI) e Gestão Pública pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Seu período de atuação na Guarda Mirim foi de aproximadamente nove anos – de 07/08/2006 a 30/06/2016 – como Pedagoga dos Guardas – Mirins: fase de Aprendizagem.

É interessante destacar que a identidade do pedagogo é construída com base nas relações em que ele está inserido, segundo Brzezinski (2011, p.122):

Admite-se que a identidade profissional é uma identidade coletiva porque ela vai se delineando na teia das relações sociais e incorpora a cultura do grupo social e das relações do mundo produtivo nos qual o profissional está inserido. No caso do pedagogo tal como o professor, as relações de trabalho se estabelecem no interior da escola, no contexto da comunidade à qual a escola pertence, mas também no extramuros institucional, visto que o pedagogo, por força de lei brasileira em vigor, atua também em espaços não escolares onde ocorre o ato educativo. (BRZENZINSKI, 2011, P. 122).

Esta percepção e atuação que vai além do ato pedagógico é um aspecto importante da identidade da pedagoga que foi se delineando na teia das relações sociais ao longo de sua carreira na Guarda Mirim.

Segundo as Diretrizes do Plano de Trabalho da Guarda Mirim (2012) a atuação dos profissionais deveria ocorrer “de forma integrada e comprometida com uma visão interdisciplinar do adolescente”. Sobre isto, ao ser questionado como foi sua atuação na Guarda Mirim com os estudantes, funcionários, professores, policiais, diretor e todos os funcionários envolvidos em sua rotina de trabalho, ela respondeu:

---

<sup>46</sup> Para proteger sua identidade será identificada como “O” nas referências

A partir do segundo ano de ingresso do aluno, quando deixavam a fase de Aspirantes, os alunos recebiam a graduação de Guardas-Mirins. Nesse momento estavam inseridos no Curso SENAC ou SENAI e seriam encaminhados para empresas conforme o perfil profissional (comércio ou indústria). A Pedagogia era responsável pelo acompanhamento escolar e também pela frequência no curso de aprendizagem. Controle de notas, faltas, situações escolares, orientações acerca de dificuldades de aprendizagem também faziam parte da rotina. Conforme o perfil da turma eram desenvolvidas palestras para superar dificuldades. Durante um período fui responsável por elaborar e coordenar o Projeto Educativo Quinzenal que tinha como objetivo diminuir as faltas injustificadas dos alunos nos cursos de Aprendizagem. O projeto iniciou com 112 alunos faltosos e ao final (dezembro) restavam apenas 4 alunos. O Projeto consistia em trazer os alunos faltosos nas sextas-feiras, quinzenalmente para atividades supervisionadas na Guarda Mirim, desde atividades manuais até palestras. Outras atividades inerentes à função de pedagoga incluía atendimentos a pais/responsáveis, reuniões sistemáticas com a equipe multi: psicologia, assistência social, direção e técnicos do SENAI e SENAC e outros que se fizessem necessários. (O., 2017).

Partindo da definição primária, derivação etimológica, a palavra pedagogo (pedagogia) veio do grego “*paidagogos*”, de pais-, “criança”, mais *agogos*, “guia, líder”, que deriva de *agein*, “guiar”. Partindo deste princípio, a(o) pedagoga(o) é aquele que conduz ao conhecimento, e essa condução não se limita ao trabalho de professores, mas se relaciona com a orientação e acompanhamento docente como um todo<sup>47</sup>. É perceptível que esta “multi-função” necessária ao profissional da educação é adquirida com a prática cotidiana através das relações pessoais no espaço de trabalho. Nenhuma universidade ou curso por melhor que seja prepara as pessoas completamente para atuar como pedagogos(as), então pode-se dizer que cabe ao próprio profissional se dedicar ao conhecimento da prática e aperfeiçoá-la a cada nova experiência.

Neste sentido:

O pedagogo torna-se essencial na escola, pois apresenta um conjunto de conhecimentos específicos, ou seja, pedagógicos acerca do processo de ensino e aprendizagem (metodologias,

---

<sup>47</sup> Mais informações sobre a origem da palavra “pedagogia” em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/professor-pedagogo-condutor-de-criancas-a-empreen.htm>

currículo, avaliação, planejamento, fundamentos políticos, epistemológicos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação). Tais conhecimentos auxiliam nas atividades de todos os sujeitos que fazem a educação. Mesmo que cada profissional tenha domínio do conhecimento de sua área específica, os conhecimentos do pedagogo contribuem para articulação dos saberes inerentes do processo educativo, tornando a escola uma instituição democrática onde todos os sujeitos compreendam que possuem um papel fundamental na educação dos alunos. (NASCIMENTO E MELO, 2013, p. 7).

O processo de ensino e aprendizagem é o que define e movimenta as instituições de ensino, e essa é a área de formação dos pedagogos, estudar as melhores maneiras de realizar esse processo, e tudo que ele envolve, gerando assim um aporte para as ações a serem realizadas em ambientes educativos, sendo escolares ou não.

Tratando-se de uma instituição de ensino como a Guarda Mirim, com uma equipe pedagógica, o trabalho de articulação e acompanhamento se faz imprescindível, pois a educação está presente em todos os aspectos e momentos deste lugar, onde todos fazem educação, num ciclo contínuo e permanente, com a conexão de saberes e experiências.

Foi indagado à Pedagoga qual o efeito da educação, ofertada na Guarda Mirim na vida dos estudantes especialmente os que se encontravam em vulnerabilidade social no período em que ela atuou na Guarda Mirim, e ela diz que

Para a maioria dos adolescentes a Guarda Mirim significou a oportunidade mudar de vida, uma chance de conhecer uma nova realidade. Muitos sequer conheciam o bairro onde moravam, por isso mesmo, ter condições de estudar, fazer cursos diferentes, ingressar numa empresa e receber um salário com garantias trabalhistas significava sair da invisibilidade. Outros jovens, no entanto, não se identificaram com o sistema, ou não resistiram o preço das regras rígidas da instituição, ou as políticas de proteção seriam insuficientes e saíram antes da conclusão do curso. (O., 2017).

A fala da pedagoga reflete também mais um tópico apontado nas diretrizes do plano de trabalho da Guarda Mirim (2012) onde é feita a “implementação e elaboração coletiva de um projeto sócio-político-pedagógico emancipador, visando nortear as ações de execução de medidas de inclusão social” (Curitiba, 2012).

Levando em consideração que a instituição educacional é a maior referência de relações sociais para os alunos, e sendo o jovem um sujeito construído por experiências, relacionamentos e pelo meio em que se encontra (Jovino, 2012) pode-se colocar que o meio educacional não apenas é um ponto neutro, mas sim, que ele representa uma parte importante nessa definição deles como jovens alunos, pois ali eles se relacionam com outros jovens bem como com toda a comunidade escolar, que incide sobre a sua concepção de si e dos pares.

Por ser uma instituição com características militar, isto é, com um sistema mais rígido comparado às escolas regulares, foi indagado à pedagoga se ela alguma vez presenciou algum tipo de violência e/ou severas punições entre alunos, funcionários, professores, policiais, na Guarda Mirim, ela respondeu:

Eu não diria que presenciei violência. Diria que presenciei o rigor das regras de forma extrema. Por exemplo, deixar os alunos em forma no sol, até que um objeto que “desapareceu” da bolsa de um colega, “aparecesse” novamente. Ou o aluno limpar todas as carteiras da sala porque pixou a sua própria carteira. (O., 2017).

Neste sentido, a disciplina era muito pontual na Guarda Mirim sendo conduzida até mesmo como forma de adequar os estudantes a postura e comportamentos que eles deveriam ter não só dentro da instituição, mas também fora, no ambiente de trabalho que posteriormente seriam conduzidos.

Sobre a disciplina Paulo de Tarso Gomes (2014) aponta como um aspecto

Fundamental para o desenvolvimento da educação, quando se pergunta: o que é a disciplina? Se olharmos do ponto de vista do idealismo dualista, a disciplina é o castigo do corpo, é a censura de seus reclamos, de suas necessidades e de suas falas, porque trata-se de um corpo animal e, para o idealismo, a pessoa humana ou é espiritual ou universal e, em ambos os casos, transcendente a corpo. Se olharmos do ponto de vista do materialismo mecanicista, a disciplina é o condicionamento da pessoa, é fazê-la mover o corpo de modo a manter o equilíbrio pessoal e social, esse equilíbrio definido externamente, de forma heteronômica, como pessoa “eficiente” e “trabalhadora”, pessoa com “qualidade de vida”, com “capacidade social”. (GOMES, p. 50, 2014).

O modelo de educação proposta na Guarda Mirim (a fim de educar estes



estudantes para a adaptação destes na sociedade), objetiva tirar aquilo que é considerado como hábitos e atitudes por vezes vistos como indesejáveis e incoerentes perante a sociedade - advindos de seu círculo de convivência social.

À pedagoga foi questionado também se, no período de sua atuação na Guarda Mirim, ela identificou efetiva diminuição de vulnerabilidade social na vida dos jovens que seguiam os estudos e posteriormente eram encaminhados para o mercado de trabalho, e sua resposta foi:

Durante o período em que estavam na Guarda Mirim esses alunos estavam dentro de uma política de proteção e, portanto, estavam num grau menor de vulnerabilidade: seu tempo ocupado, recebiam um salário, aprendizado em tempo integral. A Guarda Mirim era efetiva para eles. (O., 2017).

Sobre isto, a Guarda Mirim parecia de fato colocar em prática mais uma de suas diretrizes, a “Consolidação de um conjunto de ações, voltadas a qualificação dos adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho, aliando teoria e prática” (Curitiba, 2012).

Em relação aos professores que atuavam na Guarda Mirim em seu tempo de atuação, foi questionado à pedagoga se estes eram advindos de alguma instituição específica e, em sua opinião, se estes professores eram aptos segundo formação e conteúdo a lecionarem na Guarda Mirim. A pedagoga respondeu que

Sim, tínhamos professores da SEED, que atuavam no 1º ano dos alunos, chamados Aspirantes. No 2º e 3º ano os alunos eram chamados Guardas-Mirins e eram encaminhados ao mundo do trabalho. Tinham aulas com o SENAI ou SENAC. SENAI, trabalhava com disciplinas voltadas para a Indústria e SENAC disciplinas voltadas para o Comércio. Os professores eram habilitados e assim como toda instituição temos alguns ajustes a fazer. De modo geral não tínhamos problemas. (O., 2017).

Foram questionados quais eram os objetivos, enfoques e características da educação não formal aplicados na Guarda Mirim, segundo a perspectiva da pedagoga, no período em que a mesma atuou na instituição de ensino:

A G.M. tinha por objetivo a disciplina e a formação humana para além do mercado de trabalho de adolescentes em situação de

risco e vulnerabilidade social. A equipe estava preocupada que os jovens se apropriassem do conteúdo apreendido na escola, mas também absorvessem o que era ensinado nos bancos da G.M. e aplicado na empresa para que levassem para a vida. (O., 2017).

Sobre a educação desenvolvida pela Guarda Mirim relacionada com a educação formal (das escolas regulares), os estudantes o mercado de trabalho e a sociedade, a pedagoga responde que vê

De forma bem particular, no mundo que temos hoje, precisamos de políticas que atendam nossos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Por isso mesmo eles são incluídos em tantas atividades. No entanto, na minha visão entendo que o jovem precisaria de tempo, tempo para pensar, tempo para estudar, tempo para o lazer, é direito dele ter uma família, ter alimento, ter paz. Quando um jovem tem que ocupar todo o seu tempo trabalhando e estudando para não se envolver com “coisas erradas”, eu sinto como se estivéssemos estrangulando o tempo desse jovem e dizemos para nós mesmos que o estamos protegendo. Proteção seria ele não precisar “correr” da droga, nem ocupar todo os seus 3 turnos. (O., 2017).

Sobre os vínculos da Guarda Mirim: Escolas / SENAI – SENAC – SEED / Empresas, a pedagoga destaca sobre o processo de integração – Guarda Mirim e empresas:

Esse processo era realizado pelo Serviço Social. O contato, o convênio e também os encaminhamentos posteriores de adolescentes para as vagas. A mediação de conflitos nas empresas também era realizada pela assistente social em conjunto com o psicólogo. Duas vezes ao ano ocorria uma reunião com empresas conveniadas na Guarda Mirim. Também ocorre todos os meses o Fórum de Aprendizagem onde as empresas, instituições, ministério público e outros se encontram para discutir sobre assuntos relacionados ao tema e dirimir dúvidas. (O., 2017).

Por fim, pergunto se a pedagoga percebeu mudanças no que diz respeito ao ensino no período em que atuou na Guarda Mirim. Ela responde:

Sim. Com a mudança de direção as relações ficaram fragilizadas. O SENAC não renovou o convênio com a Secretaria e a Guarda Mirim teve que buscar outras opções. Acabou fechando convênio com SEED e isso alterou toda a estrutura da instituição. (O., 2017).

## 2.4 UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA A RESPEITO DA GUARDA MIRIM

No livro “Vigiar e Punir” de Michel Foucault (2014), seu primeiro capítulo, intitulado “Os Corpos Dóceis”, fala sobre obediência e disciplina, colocando em evidência alguns tipos de organizações utilizadas para alcançar estes objetivos. O autor faz a comparação ao longo do tempo com os tipos de métodos educacionais que aconteciam entre os séculos XVII e XVIII. De forma ampla, Foucault descreve alguns procedimentos que disciplinam os indivíduos e observa alguns segmentos: as corporações militares - os quartéis, as ordens religiosas – os conventos, as fábricas, oficinas e os estabelecimentos escolares – escolas, sendo este último segmento, respectivamente, o que tem máximo alcance, pois é onde os sujeitos passam a maior parte de sua formação, até que estejam preparados para a vida adulta. Neste primeiro capítulo do livro de Foucault, existe a busca de entender os tipos de organizações que por meio de sua estrutura disciplinar modificam o sujeito e o conjunto de elementos que, moldados pela disciplina, acabam tornando-se mansos e submissos a comandos dados por superiores dentro das instituições as quais pertencem assim como também na sociedade. Especificamente no campo educacional, a disciplina não se reduz ao corpo, mas também à subordinação da ciência da área institucional, isto é, a escolarização das sabedorias.

Mesmo em face de o texto de Foucault ser descritivo e informativo, e do fato de o autor procurar a imparcialidade ao escrevê-lo, é possível perceber grande empreendimento crítico reflexivo em relação ao que expõe, como por exemplo, a crítica do uso da educação como meio de reprodução de condições organizacionais, políticas, sociais, culturais e econômicas, que tendem a um controle dos indivíduos por meio do poder do governo com objetivo de obter a sobrevivência e perpetuação, independente de ser justa, apropriada, humanitária, ou não.

Portanto, para que um sujeito seja inserido na organização da sociedade preexistente, é necessário que tenha previamente todo um preparo para que isto aconteça, de forma que este novo sujeito inserido não venha a tirar a ordem já estabelecida, para isto é necessário que haja uma intervenção direta que normalmente acontece a partir da educação fornecida pela família ou pessoas mais próximas deste indivíduo e posteriormente em alguma instituição que possa vir a

afirmar esse molde a ser inculcado no mesmo. A instituição de ensino em questão é a Guarda Mirim e ao longo do capítulo “Os Corpos Dóceis” de Michel Foucault (2014) foi possível fazer um paralelo com minha pesquisa.

Quando comparado o sistema escolar com outras “instituições totais” é possível observar claramente semelhanças e propósitos. Ao ver, por exemplo, formas de disciplina, controle e apropriação do tempo utilizado na Guarda Mirim semelhante às de um quartel, remete à ideia de certo “adestramento” dos estudantes que ali estudavam, com o objetivo de moldá-los de acordo com o segmento militar. Estes estudantes eram vistos como adolescentes “problema”, alguns advindos de famílias com pouco poder aquisitivo, outros nem família tinham, e todos inseridos em uma realidade vulnerável, muitos morando na região metropolitana de Curitiba, com dificuldades de acesso ao ensino, à qualificação, à cultura, à profissionalização e, ali na Guarda Mirim achavam uma “luz no fim do túnel” para quem sabe um dia acabar com essa realidade que os cercavam. Para estes, que tinham esta vontade e faziam parte do corpo estudantil da Guarda Mirim, era oferecido o ensino, desde comportamental até profissional para que estes indivíduos posteriormente fossem entregues à sociedade e ao mercado de trabalho de acordo com o que é esperado de um cidadão apropriado para esta inserção.

## 2.5 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO PARA O ESTUDANTE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Em 2016, logo após o término de minha pesquisa na Guarda Mirim, aconteceram no Brasil mudanças políticas que trouxeram grandes conseqüências para o Ensino Médio que é a fase em que os estudantes da Guarda Mirim eram matriculados. O presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Educação, Mendonça Filho, oficializaram, no dia 22 de setembro de 2016, uma série de mudanças para a implementação do ensino médio integral com currículo flexibilizado. A reformulação do ciclo foi feita através de uma medida provisória, sendo esta, um ato unipessoal do Presidente da República e possui força imediata de lei.

Entre as principais mudanças está a ampliação da carga horária mínima anual que será gradualmente ampliada para um total de 1.400 horas. Para isto, a jornada escolar do ensino médio diurno passará para um mínimo de sete horas diárias. A previsão é de que, até 2024, 50% das escolas de ensino médio no Brasil sejam contempladas pelo ensino integral.

O novo currículo será composto pela Base Nacional Comum Curricular, com disciplinas comuns para a primeira metade do ciclo, e por cinco ênfases específicas, organizadas nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica profissional. O aluno escolherá as disciplinas que deseja cursar conforme sua área de interesse a partir da segunda metade do ensino médio. O ensino de língua portuguesa, matemática e língua inglesa deve permanecer obrigatório nos 3 anos, com carga horária mínima semanal de seis tempos de 50 minutos para português e matemática. Já disciplinas como artes e educação física deixam de ser obrigatórias nesse ciclo.

Neste sentido, é importante entender a ressignificação da escolaridade e do conhecimento escolar para o estudante do ensino noturno contemporâneo. Segundo Charlot (2001), os jovens contemporâneos reconhecem três categorias de saberes importantes para serem aprendidos na juventude: os saberes práticos, os saberes de natureza ético-moral e os saberes teóricos ou intelectuais. Os saberes práticos foram definidos por atividades fundamentais do cotidiano relacionadas à comunicação e socialização, ao lazer, aos afazeres cotidianos e aos cuidados

personais, tais saberes são para os estudantes ensinamentos familiares. Os saberes de natureza ético-moral se relacionam com a conduta social e moral, ou seja, nesses saberes é aprendido a respeitar o próximo, distinguir o que é bom do que é ruim, aprender a ser gentil e educado, entre outros; os estudantes também relacionam esses saberes a ensinamentos vindos da família. Os saberes teóricos ou intelectuais se definem por aprender a ler, escrever e estudar e, em contrapartida, são entendidos como saberes ensinados pela escola.

Segundo Augusto Cury (2007, p. 484), o Brasil é um país com forte tradição elitista onde o acesso ao direito da educação é totalmente garantido somente às camadas privilegiadas. Esse fato apresentado por Cury (2007) é afirmado pela Medida Provisória, quando nela se propõe transformar o Ensino Médio em Ensino Integral, pois, a partir disso, o direito ao acesso ao ensino integral não será garantido aos alunos das camadas populares que precisam trabalhar para sobreviver e que, por conta disso, ingressam no ensino profissionalizante. Cury (2007, p. 486) afirma que o direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural e que o pressuposto do direito ao conhecimento é a igualdade.

Além disso, Cury (2007, p. 486) anuncia que as diretrizes que devem nortear os conteúdos curriculares devem ter a hipótese de igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público. No entanto, com as mudanças curriculares instituídas pela Medida Provisória, ao retirar matérias como artes do currículo obrigatório, a escola retira dos alunos das classes populares um dos acessos à cultura, desestruturando o princípio da igualdade que deve nortear as diretrizes curriculares. Nesse contexto, faz-se necessário reconhecer o papel do pedagogo de assumir e liderar a efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições (Cury, 2007, p. 484).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha experiência de pesquisa na Guarda Mirim foi muito rica para a construção de conhecimentos que agregaram valor a minha formação como pedagoga. Além de realizar todas as análises sobre a educação não formal e profissional exercida na instituição, vivenciar um pouco do dia a dia da pedagoga e conhecer as situações problema que se apresentaram a ela no período de pesquisa, me fez perceber a importância de todos esses anos de estudo em minha graduação e de aprendizado das teorias que dão base para capacitar a pedagoga para que ela consiga tomar as decisões necessárias ao longo do seu trabalho.

Os temas sobre a educação não formal e educação profissional abordados nesta monografia apontam subsídios que correspondem a algumas concepções importantes para quem atua no campo da pedagogia ou quer atuar na educação não formal.

A pesquisa da educação não formal e profissionalizante no Brasil, a análise dos documentos arquivados na Guarda Mirim, a observação de todo o processo pedagógico e educacional da instituição de ensino, e a entrevista com a pedagoga me trouxe reflexões muito pertinentes sobre os sujeitos da escola. Pude ter uma visão geral das relações entre esses sujeitos. Construí um perfil de cada sujeito, assim como entendi a função de cada um deles para que a Guarda Mirim cumpra com seus objetivos.

Diante das questões pertinentes desta pesquisa foi evidenciado que de fato existe um efeito positivo da educação dos adolescentes em vulnerabilidade social que estudavam na Guarda Mirim no período de análise. A inclusão no mercado de trabalho, como esperado, realmente os incluía socialmente em camadas sociais nunca antes acessíveis para eles. É consideravelmente satisfatória e efetiva a integração entre a Guarda Mirim e as empresas que acolhiam os estudantes da instituição de ensino fazendo com que a acessibilidade ao trabalho e a ascensão social se torne real na vida destes estudantes.

Ademais, foi evidenciada a grande importância do papel da função pedagógica em todo o processo educacional e organizacional na Guarda Mirim, sem

o que não seria efetivo o alcance da educação e formação dos adolescentes em processo de aprendizagem.

O momento de pesquisa para esta monografia teve um diferencial dos demais formandos dos outros anos, por causa das mudanças na política educacional. A educação no Brasil passou por mudanças na política educacional e esta situação me trouxe muito aprendizado. Além disto, por intermédio da Universidade Federal do Paraná, tive a oportunidade de pesquisar e observar também como funciona a educação em sistemas carcerários como a Casa de Custódia de Curitiba (CCC) e o Centro de Regime Semi-Aberto Feminino de Curitiba (CRAF). Estas análises me fizeram refletir muito além da simples teoria e prática pedagógica, cresceu em mim a vontade de ir a fundo à pedagogia social e dar continuidade destas pesquisas.

Os pontos de concordância e contradições entre as políticas educacionais e a pedagogia social, o discurso institucional de formação para a cidadania e reintegração social de *instituições totais*, é tido como perspectiva futura a partir da análise feita nesta pesquisa, bem como a continuidade de aprendizado e produção sobre a pedagogia social, além da divulgação e apresentação da pesquisa contida nesta monografia e feitos futuros, em eventos e congressos pertinentes a esta temática, efetivando assim uma real contribuição reflexiva e para discussão relativa à educação não formal no meio profissional e acadêmico.



## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**Base Nacional Comum Curricular.** <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em 01/10/2017.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogo: delineando identidade(s)**. Revista UFG, Ano XIII, nº 10, p. 120-132, Jul. 2011.

CABANAS, José Maria Quintana. **Antecedentes históricos de La educación social**. In PETRUS, Antonio. (org.). *Pedagogia Social*. Espanha: Ariel, 1997. p. 68 – 91.

CARIDE, José. Antonio. **La pedagogía social em España**. In: NUÑEZ, V. *La educación em tiempos de incertidumbre: lasapuestas de laPedagogía Socia*. Barcelona: Gedisa, 2002. p.81 – 112.

CHARLOT, Bernard. **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DAYRELL, J. **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil – Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**<[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.html)>. Acesso em 12/03/2017.

**Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 17/03/2017.

**Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos.** <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz\\_educacao\\_profissional.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em 21/03/2017.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10ª ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

**Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 19/03/2017.

FALABRETTI, E. Rousseau – a natureza como modelo para a educação. In: MARTINS, M. F.; PEREIRA, A. dos Reis. **Filosofia e educação: ensaios sobre autores clássicos.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.p.164.

FICHTNER, Bernd. **Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha.** In MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R. (orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009, p. 43 – 50.

FOUCAULT, M.**Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 42ª ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-bissau: registros de uma experiência em processo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Brasil: Perspectivas S.A., 2003.

**INEP.** Enciclopédia de Pedagogia Universitária. Glossário. v.2. 2006.

JOVINO, Ione da Silva. **Diversidade e juventude: considerações sobre escola e práticas culturais juvenis.** In: DAYRELL, J.[et al.], organizadores – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 65-87.

KOLL, Marta de Oliveira. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 2010.

**LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em 03/04/2017.

MELLO, T. **Indivíduo e Sociedade.**<<http://educacao.globo.com/sociologia/assunto/conflitos-e-vida-em-sociedade/individuo-e-sociedade.html>>. Acesso em: 06/07/2017.

- 3.1.1 MOEHLECKE, S. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações.** In: Revista Brasileira de Educação. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100003)>. Acesso em: 10/07/2017.

NASCIMENTO, K de O. ; MELO, P. S L de. **O pedagogo enquanto gestor escolar: um estudo bibliográfico sobre as atribuições profissionais.** 2013. Disponível em:

<[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho\\_Comunicacao\\_oral\\_idi\\_nscrito\\_1674\\_cd5dae471679c264d54354995b53ee7e.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idi_nscrito_1674_cd5dae471679c264d54354995b53ee7e.pdf)> Acesso em 03/10/2017.

PAPPÁMIKAIL, L. Juventude(s), autonomia e sociologia: redefinindo conceitos transversais a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. In: DAYRELL, Juarez et al. (org). **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte:UFMG, 2012, p. 372-393.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. **Pedagogia: concepções e práticas em transformação**.

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03/07/2017.

PEREIRA, A. dos Reis. Epistemologia, política e educação no pensamento de John Locke. In: MARTINS, M. F.; PEREIRA, A. dos Reis. **Filosofia e educação: ensaios sobre autores clássicos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.p. 135.

PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel, 1997.

**Política Nacional de Juventude**.

< <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/politica-nacional>>. Acesso em 17/03/2017.

**Plano Nacional de Educação 2014 – 2024**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 07/09/2017.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Paideia).

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A particularidade do processo de socialização contemporâneo**.

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03/07/2017.

SETTON, M. da G. J. **Família, escola e mídia: um campo com novas configurações**. Educação e Pesquisa, v. 28, n. 1, jan.jun. 2002.

**Resolução nº6, de 20 de Setembro de 2012**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 07/09/2017.

SORALE, F. **Manual da Guarda Mirim**. Curitiba, 1984.

TRILLA, J. **A pedagogia da felicidade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

**Ministério da Educação – Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e**

**Tecnológica.** <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em 26/02/2017.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO APLICADO EM ENTREVISTA À PEDAGOGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

Este questionário faz parte da construção da análise constituinte na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, “Educação Não Formal no Desenvolvimento do Trabalho Educativo no Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim Do Paraná” de GabriellaCristini Maciel, sob orientação de Professora Valeria Floriano. A pesquisa tem objetivo identificar o papel da pedagogia na educação não formal.

Os dados e relatos aqui apresentados somente serão divulgados com a permissão das/ dos entrevistados e garante-se anonimato dos pesquisados, bem como qualquer fato/situação que possa identificar as pessoas implicadas na situação.

#### Questionário para a Pedagoga

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Descreva com era sua atuação como pedagoga na Guarda Mirim com alunos, funcionários, professores, policiais, diretor, etc.

---

---

---

---

Em sua opinião, qual o efeito da educação, ofertada na Guarda Mirim, na vida dos alunos especialmente os que se encontravam em vulnerabilidade social no período em que você atuou na G.M.

---

---

---

Você presenciou algum tipo de violência e/ou severas punições entre alunos, funcionários, professores, policiais, na G.M.? Quais?

---

---

---

Ao longo de sua atuação na G.M. você identificou se havia efetiva diminuição de vulnerabilidade social na vida dos jovens que seguiam os estudos e posteriormente eram encaminhados para o mercado de trabalho?

---

---

---

Na época de sua atuação na G.M. os professores eram advindos de alguma instituição específica? Em sua opinião eles eram aptos segundo formação e conteúdo a serem lecionados na G.M.?

Sim, tínhamos professores da SEED, que atuavam no 1º ano dos alunos, chamados Aspirantes.

---

---

---

Segundo sua perspectiva, quais os objetivos, enfoques e características da educação não formal aplicados na Guarda Mirim?

---

---

---

Como você vê a educação desenvolvida pela Guarda Mirim relacionada com a educação formal (das escolas regulares), os estudantes o mercado de trabalho e a sociedade?

---

---

---

Sobre os vínculos da Guarda Mirim: Escolas / SENAI – SENAC – SEED / Empresas. Como acontecia o processo de integração – Guarda Mirim e empresas?

---

---

---

Você percebeu mudanças no que diz respeito ao ensino ao longo do tempo que foi pedagoga na Guarda Mirim? Se sim, quais mudanças?

---

---

---

---

**Agradecemos sua colaboração!**

## ANEXOS

## ANEXO 1 – FICHA ALUNO “A”

3. SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

PAI: \_\_\_\_\_ -endereço- \_\_\_\_\_ -nº- \_\_\_\_\_ -bairro- \_\_\_\_\_ -fone- \_\_\_\_\_

MÃE: \_\_\_\_\_ -endereço- \_\_\_\_\_ -nº- \_\_\_\_\_ -bairro- \_\_\_\_\_ -fone- \_\_\_\_\_

---

4. SITUAÇÃO DE SAÚDE

\_\_\_\_\_ prob. nervoso  c/tratamento \_\_\_\_\_ rem. caseiros \_\_\_\_\_ -obs.- \_\_\_\_\_  
 -nome- \_\_\_\_\_ -doença- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c/tratamento \_\_\_\_\_ rem. caseiros \_\_\_\_\_ -obs.- \_\_\_\_\_  
 -nome- \_\_\_\_\_ -doença- \_\_\_\_\_

---

5. SITUAÇÃO HABITACIONAL

A. TIPO

\_\_\_ Nº de peças 05

Madeira

\_\_\_ Alvenaria

\_\_\_ Mista

\_\_\_ Plástico

\_\_\_ Outros \_\_\_\_\_

B. CASA

Própria

\_\_\_ PP.c/prestação R\$ \_\_\_\_\_

\_\_\_ Alugada ..... R\$ \_\_\_\_\_

\_\_\_ Cedida ( \_\_\_\_\_ )

\_\_\_ Favela

\_\_\_ \_\_\_\_\_

C. TERRENO

\_\_\_ Próprio

\_\_\_ PP.c/prestação R\$ \_\_\_\_\_

\_\_\_ ALUGADO ..... R\$ \_\_\_\_\_

\_\_\_ Cedido ( \_\_\_\_\_ )

Prefeitura

\_\_\_ \_\_\_\_\_

D. LUZ E ÁGUA

Com luz R\$ 900,00

\_\_\_ Sem Luz

Água encanada R\$ 220,00

\_\_\_ Poço

\_\_\_ \_\_\_\_\_

---

6. SITUAÇÃO RELIGIOSA

\_\_\_ Católica \_\_\_ 1ª Comunhão  Crente \_\_\_ Outros \_\_\_\_\_

---

7. CÁLCULO PARA RENDA PERCÁPITA MENSAL FAMILIAR

Total da renda familiar. R\$	<u>12.000,00</u>	Nº DE PESSOAS	<u>06</u>
aluguél. R\$	_____		
luz. R\$	<u>900,00</u>		
água. R\$	<u>220,00</u>		
terreno. R\$	_____		
PRESTACAO casa. R\$	<u>2.000,00</u>		
RENDA LÍQUIDA. R\$	<u>9.880,00</u>	PERCÁPITA MENSAL	<u>1.480,00</u>

CURITIBA, 02 DE Fevereiro DE 1.982

\_\_\_\_\_  
 assinatura entrevistador



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO LITORAL  
CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA "DIVA FERREIRA GOMES"  
ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE GUARDAS NINHAS

Setor de Serviço Social

PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA FAMILIAR

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome: \_\_\_\_\_  
2. Idade: \_\_\_\_\_  
3. Pelotão: 6<sup>a</sup> 4. Cia. \_\_\_\_\_ 5. Batalhão: \_\_\_\_\_

II - DADOS FAMILIARES:

1. Você vive com os  
 Pais \_\_\_\_\_ Responsáveis  
 Responsáveis
2. Sua família é constituída pelos:  
 pais casados legalmente \_\_\_\_\_ mãe viúva  
 pai viúvo \_\_\_\_\_ mãe separada  
 mãe desquitada \_\_\_\_\_ mãe anistiada  
 pai anistiado \_\_\_\_\_ pai desquitado
3. Quantos irmãos e irmãs você tem? 4  
 maiores de 18 anos  menores de 18 anos
4. O teu comportamento em casa é:  
 Excelente  Bom  Regular  
 Insuficiente  Problemas de Relac. Familiar

III - SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS:

1. O seu pai trabalha?  Sim  Não  
1.1. Em que o seu pai trabalha? Trabalha  
1.2. Quanto ele ganha? Não sei
2. A sua mãe trabalha?  Sim  Não  
2.1. Em que sua mãe trabalha? \_\_\_\_\_  
2.2. Quanto ela ganha? \_\_\_\_\_

## IV - SITUAÇÃO HABITACIONAL:

## 1. Você mora em casa:

próprio       alugada       cedida  
 próp./com prestação       favola

## 2. Sua casa tem:

01 peça       02 peças       03 peças  
 04 peças       05 peças       mais de 5 peças

## 3. Sua casa tem:

água encanada       água de poço       água de bico  
 luz elétrica       lampião

## V - SITUAÇÃO ALIMENTAR:

## 1. Em casa, as refeições que a família faz no dia é:

café da manhã       almoço  
 lanche à tarde       janta

## 1.A. No café da manhã, vocês comem:

café preto       café com leite       chá  
 chá c/leite       pão feito em casa       pão comprado  
 pão c/marg.       pão c/manteiga       pão c/doce  
 bolacha       mel       frios  
 patê       doces       chocolate  
 leite em pó       leite em pacote       outros

## 1.B. No almoço, vocês comem:

arroz       feijão       verduras  
 carne de boi       carne de porco       frango  
 ovos       queijo       fubá  
 macarrão       mandioca       batata  
 bucho       fígado       miúdo de gal.

## 1.C. No lanche da tarde, vocês comem:

café preto       café com leite       chá  
 chá c/leite       pão f/ em casa       pão comprado  
 pão c/marg.       pão c/manteiga       pão c/doce  
 bolacha       mel       frios  
 doces       patê       chocolate  
 leite em pó       leite em pac.       outros

## 1.D. Na janta vocês comem:

<input type="checkbox"/> café preto	<input type="checkbox"/> café com leite	<input type="checkbox"/> chá
<input type="checkbox"/> pão	<input type="checkbox"/> pão c/mant.	<input type="checkbox"/> pão c/marg.
<input type="checkbox"/> doces	<input checked="" type="checkbox"/> sopa	<input checked="" type="checkbox"/> arroz
<input checked="" type="checkbox"/> feijão	<input type="checkbox"/> mistura	<input type="checkbox"/> ovos
<input type="checkbox"/> galinha	<input type="checkbox"/> carne de boi	<input type="checkbox"/> carne de porco
<input checked="" type="checkbox"/> outros		

## 1.E. Nos sábados, domingos e feriados, vocês comem:

<input checked="" type="checkbox"/> arroz	<input checked="" type="checkbox"/> feijão	<input type="checkbox"/> verduras
<input checked="" type="checkbox"/> carne de boi	<input type="checkbox"/> carne de porco	<input type="checkbox"/> galinha
<input type="checkbox"/> peixe	<input type="checkbox"/> ovos	<input type="checkbox"/> queijo
<input type="checkbox"/> fubá	<input type="checkbox"/> macarrão	<input type="checkbox"/> mandioca
<input type="checkbox"/> bucho	<input type="checkbox"/> fígado	<input checked="" type="checkbox"/> miúdo de galinha
<input checked="" type="checkbox"/> bolo	<input type="checkbox"/> doces	<input type="checkbox"/> sobremesa
<input type="checkbox"/> outros		

## VI - SITUAÇÃO DE TRANSPORTE:

1. Você vem para a Guarda Mirim de  ônibus  à pé
2. Quantos ônibus você pega para vir para a Guarda Mirim e voltar para a Casa? 2 ônibus *1 para vir e outro para voltar*
3. Quais são estes ônibus?  
Int. Bairro 02
4. Quanto você gasta de passagem por dia?  
R\$ 70,00
5. Quanto você gasta de passagem por semana?  
R\$ 350,00
6. Quanto você gasta de passagem por mês?  
R\$ 1.400,00
7. Em que bairro você mora?  
Bairro Mundo

## ANEXO 2 – FICHA ALUNO “B”

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL  
FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ

UNIDADE SOCIAL OFICIAL: \_\_\_\_\_

*é com*

1	FOLHA DE ROSTO		DATA	PRONTUÁRIO				
			07.09.92	3152				
2	NOME DO USUÁRIO							
2.1	NOME							
2.2	IDADE	SEXO	DATA NASCIMENTO	ESCOLARIDADE				
	13	M	04-09-79	4º R.				
2.3	DEF. FÍSICO	DEF. MOTOR	DEF. MENTAL					
2.4	INFRATOR	ÓRFÃO	ABANDONADO	CARENTE				
2.5	REG. CIVIL Nº	LOCAL	CARTÓRIO	Nº IDENTIDADE LOCAL				
3	NOME DO PAI							
3.1								
3.2	NOME DA MÃE							
4	ENDEREÇO DOMICILIAR							
4.1	RUA							
4.2	BAIRRO							
4.3	CIDADE							
5	RESPONSÁVEL PELO USUÁRIO (MENOR) OU REFERÊNCIA DO USUÁRIO							
5.1	NOME <i>a mãe</i>							
5.2	RUA	Nº	PONTO REFERÊNCIA					
5.3	BAIRRO	CIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO				
6	PROCEDÊNCIA							
6.1	ESPONTÂNEO ( )	UNIDADE SOCIAL ( )						
6.2	JUIZADO DE MENORES ( )	TERCEIROS ( ) QUAL						
7	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE							
7.1	NOME							
7.2	RUA	Nº	PONTO REFERÊNCIA					
7.3	BAIRRO	CIDADE						
7.4	MUNICÍPIO	ESTADO						
8	QUADRO FAMILIAR							
8.1	NOME	VÍNCULO	ESTADO CIVIL	IDADE	ESCOLARIDADE	Ocupação	SALÁRIO	INSTITUTO PREVIDÊNCIA
		mãe	separada	31	anf.	de lar		
		marido	solto	09		est.		
		padr.	cas.	47	anf.	padreim de 1/2		
		irmão	solto	03	anf.	9ª		

## SITUAÇÃO HABITACIONAL:

- CASA PRÓPRIA     CASA ALUGADA     CASA CEDIDA     OUTROS.....  
 MADEIRA     ALVENARIA     MISTA     OUTROS.....  
 NR. DE PEÇAS     TELEFONE RESID.     LUZ ELÉTRICA     OUTROS..  
 ÁGUA ENCANADA DENTRO     ÁGUA ENCANADA FORA     .....  
 INSTALAÇÃO SANITÁRIA DENTRO     FORA     OUTROS .....  
 OBS. ....

## SITUAÇÃO SAÚDE DO (A) INSCRITO (A):

TEVE:

- SARAMPO     RUBÉOLA     VARICELA     COQUELUCHE     CATAPÓ  
 OTITE     BRONQUITE     MENINGITE     PNEUMONIA     CACHUM  
 HEPATITE     OUTROS .....

OBS. ....

*sem boa saúde*

## COM RELAÇÃO A MÃE:

TEVE UMA GESTAÇÃO TRANQUILA?     SIM     NÃO .....

GESTAÇÃO DE ..... <sup>9</sup> MESES

PARTO NORMAL     CESÁRIA     OUTROS .....

OBS. ....

## SITUAÇÃO ESCOLAR:

ENTROU NA ESCOLA COM 07 ANOS?

SIM     NÃO, COM QUE IDADE E PORQUE .....

JÁ REPROVOU NA ESCOLA?

SIM, QUAIS AS SÉRIES ..... <sup>1º e 2º</sup>

NÃO

JÁ PAROU DE ESTUDAR?

SIM, PORQUE .....

NÃO.



Secretaria da  
Justiça, do Trabalho  
e da Ação Social

Rua Hermes Fontes, 315 - Batel  
Tel. 342-1616 - Telex: 410297 - FA  
Curitiba - Paraná - CEP 80.420

O referido adolescente possui um excelente comportamento, foi afastado das atividades na Guarda Mirim por não ter condições de acompanhar os cursos e também constatamos que existem muitas falhas na sua aprendizagem. Trabalhamos essas dificuldades mas não apresentou rendimento.

Encaminhamos o adolescente ao serviço de psicologia na Faculdade Tuiuti, ele fez a triagem porém não chegou a fazer tratamento por falta de vagas.

Após o afastamento do garoto na Guarda Mirim, surgiu uma vaga na Assoma, nós o encaminhamos para lá, pois o garoto após ter sido dispensado da Guarda Mirim teve crises de depressão.

Após a colocação do garoto na Assoma, para trabalhar, contactamos com a Assistente Social e ela nos informou de que o desempenho do mesmo é satisfatório, e que os trabalhos com o garoto continuam e dependendo do progresso dele, ela fará com que ele volte para a Guarda Mirim para refazer os cursos.

1º O garoto não compareceu para refazer o treinamento no 1º sem. 93, conforme o combinado. Diante disto, oficializamos seu desligamento. 17/2/93



**3. RELATOS DE SAÚDE**

a) A mãe apresentou problemas de saúde na gestação? Quais.

*Não.*

b) Doenças que o candidato contraiu na infância.

*do desidratação e pneumonia*

c) Doenças que possui atualmente. Está fazendo algum tratamento de saúde?

*Não. Apenas odontológico*

d) Faz uso de medicação? Quais.

*Não.*

**4. ESCOLARIDADE**

a) Com que idade ingressou no Processo Escolar/Série.

*1<sup>o</sup> - 06 anos*

b) Reprovou em alguma série? Quais? Qual o motivo?

*Não*



c) Que série cursa atualmente? Apresenta alguma dificuldade.

8<sup>ª</sup> série. Um pouco em L. Portuguesa e Inglês.

## 5. SITUAÇÃO DE RELACIONAMENTOS

a) Situação familiar.

Alguns desentendimentos (normais). As vezes a situação financeira atrapalha, mas conseguem contornar as situações.

b) Como é o comportamento do adolescente no meio familiar.

Ajudada nas tarefas domésticas. Agitada, "dona da verdade".

c) O candidato se relaciona facilmente com outras pessoas?

É elogiada. Se mostra bastante receptiva, muito + c/ os vizinhos do que em casa.

d) Possui amigos? Poucos ou vários?

Poucos.

d) Possui amigos? Poucos ou vários?

Poucos.

e) Costuma sair de casa a noite? E finais de semana? Onde costuma ir ?

Não. Apenas na casa da avó, As vezes na Igreja

f) Existe casos de agressão na família?

Não

g) Existe algum caso de dependência química na família?( Drogas ou álcool)

Não.

h) Qual a Religião dos membros da família. São praticantes?

Catolica Sim.

i) Qual a Religião do Adolescente? É praticante?

Catolica Não

## 6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

a) Quantos membros trabalham na família? Quais suas ocupações?

01. Secgrafista

b) Qual a Renda Familiar? Possuem comprovantes?

R\$ 1000,00 (bruto)  
+ bolsa escola 45,00

c) Aparelhos eletro-eletrônicos existentes na casa. Cite os aparelhos eletrônicos que possuem na casa?

1 TV; 1 ap. som; 1 geladeira.

d) Possui carro? Moto? Bicicleta?

Não Sim (antiga) Não

7. COMO VOCÊ FICOU SABENDO DO PROGRAMA GUARDA MIRIM?

Pela prima que já tentou ingressar na G.M. (não conseguiu).

8. DE QUEM PARTIU A IDÉIA DE SE INSCREVER NO PROGRAMA?

Da z.p. Kevin.

9. O ADOLESCENTE DESEJA FREQUENTAR O PROGRAMA? POR QUE?

Sim. (pelo emprego, pelos cursos oferecidos)

10. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGUE NECESSÁRIAS E IMPORTANTES.

Não tem contato c/ o pai biológico e o mesmo nunca ajudou em nada.

Responda com o Responsável, as perguntas abaixo:

1. Que doenças o adolescente contraiu desde o nascimento até hoje?

R: pneumonia e varicela.

2. Que cirurgias o adolescente realizou do nascimento até os dia de hoje?

R: Nenhuma.

3. Que doenças ou problemas de saúde, o adolescente possui atualmente?

R: Nenhuma doença, e só uma remite alérgica.

4. O adolescente realiza atualmente algum tratamento de saúde?

R: nao

5. Que medicamentos o adolescente utiliza atualmente?

R: nenhum

6. O adolescente possui restrições médicas, para exercícios físicos ou outros?

R: nao

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE  
CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA DIVA PEREIRA GOMES  
GUARDA MIRIM  
COMANDO MILITAR

**ENQUADRAMENTO DISCIPLINAR**

GUARDA MIRIM    ( ) ASPIRANTE

Nome \_\_\_\_\_  
Turma/Pelotão CH                      Empresa Bosch  
Período  Manhã    ( ) Tarde    ( ) Noite  
Assistente Social  Vera    ( ) Sueli    ( ) Denise    ( ) SOE  
Pôr em data de 04/04/2008    ( ) 2ª Feira  3ª Feira    ( ) 4ª Feira    ( ) 5ª Feira

Quero de cumprir as determinações superiores sem como comportar-se de maneira impropria em forma.

**RAZÃO DE DEFESA**

Eu nunca dei de cumprir regra visto que mais eu se estava comentando sobre o computador e a tabela, estava falando do médico que ela foi e não tinha dado atestado para ela e tinha dado para eu.

Assinatura do Aluno

Não justificando suas alegações, está incurso no Capítulo VI, do Artigo 26, letra(s) A, B, número(s) 2, 21 do Regulamento Disciplinar da Guarda Militar.  
Transgressão Disciplinar de Natureza leve e médio.  
PERDE 76 PONTOS.

Enquadrado pelo Comandante  BREVE    ( ) WILLIAM    ( ) SCHWARTZ

    
COMANDANTE

## ANEXO 4 – FICHA ALUNA “D”

## Requerimento de Matrícula 2016

Eu, \_\_\_\_\_ responsável  
pelo(a) adolescente \_\_\_\_\_, venho  
por meio deste solicitar a sua matrícula no \_\_\_\_\_º ano do Programa de Aprendizagem ofertado  
por essa Instituição, estando de acordo com:

- a) As normas do seu regimento interno.
- b) A **obrigatoriedade de frequência** ao longo dos três (03) anos as atividades curriculares ofertadas pela Guarda Mirim do Paraná
- c) **Obrigatoriedade de matrícula e frequência** no Ensino meio dia.
- d) O encaminhamento do(a) adolescente a uma empresa conveniada para a realização da aprendizagem, por até dois (02) anos (Lei n.º 10.097/2000).
- e) Desligamento do jovem do Programa, caso ao final dos trinta (30) primeiros dias for identificado a sua não adaptação às normas internas.
- f)

Ciente da importância do meu papel na formação desse jovem e para o melhor resultado desse programa, me comprometo a:

- a) Acompanhar a frequência escolar desse adolescente, comprovando à Guarda Mirim, ao menos uma (01) vez a cada bimestre o meu comparecimento na escola onde está matriculado.
- b) Acompanhar a frequência no programa e demais atividades relacionadas à Aprendizagem, bem como informar à Equipe Técnica qualquer dificuldade ou situação que possa interferir no pleno desenvolvimento do Programa.

Curitiba, 25 de junho de 2016.

Responsável pelo(a) adolescente.  
RG.º \_\_\_\_\_

**ESTADO DO PARANÁ**

Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim do Paraná  
Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS



280

**FICHA DE INSCRIÇÃO**  
**NÚMERO DA INSCRIÇÃO: 2016.00050-08**

CANDIDATO			
Nome:		Data de Nascimento:	03/06/2001
Sexo:	Feminino	Cidade:	Curiúba
Estado:	PR	Data do Cadastro:	17/11/2015
CPF do Cadastro:		Órgão expedidor:	sesp
RG:		Data Expedição:	24/07/2013
UF:	PR	Série:	
CPF:		UF:	PR
Carteira de Trabalho:		Mora com quem?	Mãe
Data Emissão:	22/06/2015		
Estado civil:	Solteiro(a)		
Tem Filhos?	Não		
E-mail:			
ENDEREÇO			
CEP:			
UF:			Curiúba
Rua, Avenida, Alameda...:			
Número:			
Bairro:	Cajuru	Complemento:	beco/buraco muro
Ponto de Referência:	capela são domingos		
TELEFONES			
Número Telefone:		Tipo do Telefone:	TELEFONE PRINCIPAL
Recado?		Nome do Contato:	
Número Telefone:		Tipo do Telefone:	
SMS?			
Número Telefone:		Tipo do Telefone:	MAIS TELEFONES
Recado?		Nome do Contato:	
FILIAÇÃO			
Nome do Pai:		CPF do Pai:	
RG do Pai:		Responsavel Legal?	
Nome da Mãe:		CPF da Mãe:	
RG da Mãe:		Responsavel Legal?	
Nome Responsavel Legal:		CPF Responsavel Legal:	
RG Responsavel Legal:		Grau de parentesco:	Mãe
O responsável possui documento de guarda judicial?			Sim
ESCOLARIDADE			
Instituição de ensino:	colégio estadual lindaura ribeiro lucas	Tipo de instituição:	Pública
Turno de aula:	Matutino	Ano de ensino:	9º Fundamental
DADOS SOCIAIS			
PESSOAS QUE RESIDEM COM O CANDIDATO			
Nome:		Grau Parentesco:	Mãe
CPF:			
Possui Renda:		Valor da Renda:	1.028,00
O candidato está em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, é egresso de medidas socioeducativas, ou é adolescente portador de deficiência?			Não
Candidato possui renda?	Não		
Foi ou é atendido por algum órgão da rede de proteção durante os últimos dois anos?			Não

**Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes**  
 Av. Anita Garibaldi, 2396, Bairro Ahú, CEP 82.210-000 - Curitiba, Paraná  
 Fone: (41) 3252-8531



**DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULA DOS CONVOCADOS DO 2º PROCESSO SELETIVO 2015  
 EDITAL 006/2015 - SEDS.**

**Documentos do adolescente.**

- Ficha de inscrição;
- Documento de Identidade (RG, Certidão de nascimento ou equivalente);
- CPF (caso tenha);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (caso tenha);
- Comprovante de Endereço;
- Declaração de matrícula escolar atualizada (no caso de matriculados em EJA que conste as 04 disciplinas que estiver cursando);
- Cópia do cartão transporte usuário (em nome do adolescente e que não seja cartão estudante).

**Documentos do Responsável.**

- Documento de Identidade (RG ou equivalente);
- CPF;
- Documento de guarda ou equivalente (caso o responsável legal não ser os pais).

**Demais documentos.**

- Termo de acolhimento ou equivalente;
- Comprovações de renda de todos os integrantes do grupo familiar que trabalham;
- Para os trabalhadores assalariados: contracheque;
- Os pensionistas e beneficiários do INSS devem constar extrato mostrando o nome do beneficiário e o valor do benefício;
- Autônomos (Diarista, Mensalista, Pedreiro, Manicure, etc.). Apresentar Declaração de Renda de próprio punho, referente aos ganhos mensais, com assinatura e telefone de 02 (duas) testemunhas (vide modelo da Declaração de Renda no Anexo I);
- Atestado médico ou equivalente (para adolescente com membro familiar dependente químico ou portador de doença grave em tratamento);
- Certidão judicial ou equivalente (para adolescente com membro familiar privado de liberdade);
- Documento que comprove o atendimento por instituição da rede de proteção nos últimos dois anos;
- Cópia do cartão de benefício (para adolescente que declarar recebimento de benefício assistencial);
- Documento de Identidade (RG, Certidão de Nascimento ou equivalente) dos familiares que residem junto com o adolescente declarados na ficha de inscrição.